

act:onaid

Linha de Base

Campanha Cidades Seguras para as Mulheres

CAMPANHA CIDADES SEGURAS PARA AS MULHERES
ACTIONAID BRASIL

DIRETOR EXECUTIVO

Jorge Romano

GESTOR DE PROGRAMAS

Avanildo Duque

COORDENADORA DO PROGRAMA DE DIREITO DAS MULHERES

Ana Paula Ferreira

GESTORA DE COMUNICAÇÃO E CAMPANHAS

Glauce Arzua

ASSESSORA DE PROGRAMAS

Gabriela Pinto

ASSESSOR DE CAMPANHAS

Marcelo Montenegro

ASSISTENTE DO PROGRAMA DE DIREITO DAS MULHERES

Jéssica Barbosa

GERENTE DE PROJETO DE DIREITO DAS MULHERES

Daiane Dultra

ESTAGIÁRIA DO PROGRAMA DE DIREITO DAS MULHERES

Carolina Coelho

CONSULTORIAS

Ana Beatriz Paes

Ana Paula Portella

Cristhovão Guimarães

SUMÁRIO

1. Apresentação	5
2. A Campanha	7
3. Contexto	8
4. Metodologia	12
5. Análise da pesquisa – diagnóstico local	13
6. Considerações finais	36
7. Referências	38

1. Apresentação

A ActionAid é um movimento global de pessoas que trabalham juntas para promover os direitos humanos e vencer a pobreza. Atuamos em 45 países e estamos no Brasil desde 1999. A marca do nosso trabalho é o entendimento de que a pobreza e as injustiças são causadas e reproduzidas por relações de poder desiguais que negam os direitos humanos mais básicos. Nessa abordagem, priorizamos três eixos: empoderamento, solidariedade e ativismo. Nossa experiência no Brasil e no mundo nos aponta que as mulheres são as pessoas que vivenciam uma pobreza ainda mais aguda dentre o conjunto de pessoas pobres. Assim, trabalhamos de forma primordial os direitos das mulheres para lutar contra a pobreza e a injustiça, enfrentando e propondo transformações em hábitos e costumes profundamente enraizados que perpetuam as desigualdades nas relações de poder entre homens e mulheres.

Reconhecemos que situações complexas requerem abordagens e ações diversas. Assim, usamos abordagens distintas e complementares, que se entrelaçam nos níveis local, nacional e internacional e visam assegurar transformações mensuráveis nas condições de vida das mulheres em situação de pobreza.

Cidade Segura para as mulheres

“Quem me dera se eu pudesse ser livre, se eu pudesse viver sem medo, se as ruas fossem todas iluminadas na minha comunidade, se eu pudesse ir sozinha pro ponto de ônibus a qualquer horário. Quem me dera ter um policiamento bom, e que eu não precisasse ter medo dele. Como seria bom se eu me sentisse segura no ônibus e pudesse ir nele pra escola ou pra qualquer outro lugar sem ter nenhum, nem um pouquinho de medo de nada. Mas, a vida da gente aqui né assim, não”.

Adolescente de 15 anos do município de Cabo do Santo Agostinho.

Dos vários temas e processos dentro das iniciativas de defesa dos direitos das mulheres pela ActionAid Brasil e suas organizações parceiras, o tema Cidades Seguras para as Mulheres vem tomando uma grande relevância. Observamos que em geral, a maneira de se pensar o espaço público não considera as necessidades e os desejos das mulheres. As cidades são desenhadas com base nos papéis socialmente estabelecidos: para as mulheres, o doméstico, o reprodutivo; para os homens, o público, o produtivo. E assim, as mulheres são impossibilitadas de desfrutarem plenamente suas cidades - muitas vezes por insegurança ou medo de sofrerem assédio ou violência – situação que é ainda mais agravada quando se trata de mulheres e meninas que vivem em situação de pobreza. A adolescente citada na epígrafe acima, assim como parte significativa das meninas e mulheres com as quais trabalhamos, se sente insegura no seu dia a dia, e não se considera livre para transitar entre os diferentes espaços. Garantir que o espaço urbano seja acessado por homens e mulheres de maneira igualitária é essencial para a construção de cidades seguras para as mulheres.

Linha de base

Trabalhar em situações complexas requer de todas as pessoas envolvidas, clareza, objetividade e monitoramento. Para tal, estamos aprimorando a construção de “linhas de base”. Uma linha de base descreve a situação inicial dos indicadores escolhidos para monitorar os avanços em direção aos objetivos traçados. Dessa forma podemos entender quais os resultados que estamos alcançando ao longo das nossas ações. Com uma linha de base formulada temos condições de a cada ano medir se estamos conseguindo obter êxito ou não. Ela nos possibilita enxergar com clareza os avanços e desafios, e a traçar os próximos passos.

O processo de construção dessa linha de base do tema **Cidades Seguras para as Mulheres** contou

com a participação de seis organizações parceiras da ActionAid Brasil nos estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo: as organizações Casa da Mulher do Nordeste e Etapas, a partir de seus trabalhos na cidade de Recife; a organização Centro das Mulheres do Cabo, a partir de seu trabalho no município de Cabo de Santo Agostinho; a organização Centro Feminista 8 de Março, a partir do seu trabalho em Upanema, no Rio Grande do Norte; a organização Redes de Desenvolvimento da Maré, a partir de seu trabalho no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro; e a organização UNAS a partir do seu trabalho em Heliópolis, São Paulo.

Além de um instrumento de monitoramento para a ActionAid Brasil e suas organizações parceiras, o documento de linha de base oferece um importante mapa inicial da percepção e vivência do medo e da insegurança das mulheres em situação de pobreza em relação aos serviços públicos oferecidos nas cidades. Esperamos que esse mapeamento possa contribuir para gerar as esperadas respostas e compromissos com cidades seguras e igualitárias. Desejamos uma boa leitura.

Ana Paula Lopes Ferreira
Coordenadora do programa de direito das mulheres da ActionAid Brasil

2. A Campanha

Em 2010, a ActionAid conduziu um projeto piloto sobre **Cidades Seguras para as Mulheres** em quatro países onde atua: Brasil, Camboja, Etiópia, Libéria e Nepal. Durante a execução das atividades no Brasil foi possível identificar diversas questões relacionadas à segurança das mulheres nos espaços públicos, principalmente drogas e violência, infraestrutura e serviços, naturalização do assédio e da violência contra a mulher, comprometimento/limitações do poder público, o impacto social dos grandes projetos na vida das mulheres. Essas questões também foram evidenciadas durante as entrevistas realizadas para a elaboração do relatório *As Mulheres e a Cidade*¹, em que muitas dessas queixas se somaram a outras relacionadas a falta de acesso a direitos básicos ligados ao livre usufruto da cidade.

Foi possível perceber de forma contundente que há uma grande dificuldade de se pensar a violência contra a mulher em espaços urbanos no Brasil. Apesar da importância do tema ser reconhecida, há uma forte tendência a associar a questão da violência de gênero ao âmbito doméstico. Ainda não temos leis e políticas específicas no país que tratem da questão da violência contra as mulheres em espaços públicos. O que existe são mecanismos legais que preveem a punição a atos que atentem contra a vida, liberdade e igualdade de qualquer cidadão – entendendo que homens e mulheres são iguais perante o Estado Brasileiro.

O tratamento muitas vezes dispensado pelos poderes públicos às questões que afetam a segurança das mulheres nas cidades se baseia hoje em um contexto de naturalização da violência e do assédio: por acreditar-se que as coisas são como são, o “combate” aos problemas se dá principalmente através de medidas de prevenção que sugerem que as mulheres devem deixar de usufruir plenamente da cidade. São recomendações como evitar sair de casa depois de certa hora, procurar andar em grupos e não caminhar por determinada área. Por isso, ainda é preciso aprofundar a discussão e pensar medidas que tratem da questão sem restringir a mobilidade das mulheres. A violência e o assédio contra a mulher devem ser desnaturalizados. Precisam ser entendidos como uma questão estrutural. As mudanças propostas devem buscar resolvê-los e, ao mesmo tempo, garantir o pleno acesso das mulheres às cidades.

O último relatório realizado sobre o Brasil, Camboja, Etiópia, Nepal e Quênia, *As Mulheres e a Cidade II*, reforça a hipótese de que a falta de acesso a serviços de qualidade, como energia elétrica, condições de habitação e vida, serviços de saúde, água e comida, segurança e proteção, aumenta a vulnerabilidade das mulheres a diferentes tipos de violência vividas nos espaços público e privado. Baseando-se nessas premissas, amplamente confirmadas pelas mulheres ouvidas ao longo do projeto piloto, a ActionAid lança em 2014 a campanha **Cidades Seguras para as Mulheres** focando na melhoria dos serviços públicos relacionados a moradia, educação, iluminação, policiamento e transporte público. E é nessa perspectiva que a campanha tem o objetivo de até 2017 reduzir a violência contra as mulheres nos espaços públicos.

3. Contexto

A Linha de Base desenvolvida pela ActionAid Brasil considerou diferentes localidades brasileiras que, embora estejam geograficamente distantes, compartilham de várias percepções sobre limitações ao direito à cidade. As comunidades selecionadas foram Charnequinha (Cabo de Santo Agostinho – PE), Passarinho (Recife – PE), Ibura (Recife – PE), Upanema (Upanema – RN), Heliópolis (São Paulo – SP), Maré (Rio de Janeiro – RJ).

3.1. Cabo de Santo Agostinho – Pernambuco

O Cabo de Santo Agostinho é uma cidade de médio porte, situada no litoral do estado de Pernambuco, na região metropolitana do Recife. Possui um complexo industrial portuário, turismo praieiro e atividades agrícolas. Sua população é de 185.025 habitantes que se dividem entre a zona rural (9,4%) e urbana (90,6 %), sendo 50,9% mulheres e 49,1% homens, com densidade demográfica de 414,32 hab/Km².²

Recentes investimentos privados e governamentais na região portuária (principalmente por meio do PAC, do governo federal) resultaram em um aumento de trabalhadores migrantes e rápido crescimento da cidade. A falta de planejamento urbano somada a esses fatores acentuaram problemas de pobreza e desigualdade.

A comunidade da Charnequinha, atualmente Vila da União, possui uma longa história de luta por melhoria das condições de moradia, saneamento, iluminação e serviços de educação e saúde. Originalmente, Charnequinha foi uma invasão em terras devolutas da União, com barracos e casebres, ocupados por trabalhadores bóias-frias das lavouras de cana-de-açúcar; mulheres chefes de família, trabalhadoras domésticas em sua maioria; pequenos comerciantes; ambulantes; e muitos desempregados. Essa comunidade organizada ao lado da Charneca, um dos bairros mais populosos do Cabo de Santo Agostinho, tem localização privilegiada próxima à sede do município. Essa condição favoreceu o processo de urbanização da área, uma forte especulação imobiliária, deslocando os primeiros moradores para lugares mais distantes e insalubres.

Ao contrário dos grandes centros urbanos do país, as periferias do Cabo preservam algumas características rurais. O porto de Suape, localizado entre os municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, fica a 40 quilômetros da capital pernambucana e está estrategicamente posicionado em relação às principais rotas marítimas de navegação. Tais condições somadas ao fato de ter águas profundas e poder operar navios o ano todo pelas 24 horas do dia o tornam o principal porto concentrador do Atlântico Sul. O crescimento econômico promovido com a modernização do porto de Suape tem custos elevados em diversas dimensões. Porém, alguns impactos são poucos debatidos pela sociedade, em especial os relacionados à vida das mulheres.

A chegada de mais de 40 mil homens de diversas localidades do país para trabalhar nas referidas obras alterou profundamente a dinâmica das comunidades do Cabo de Santo Agostinho. O aumento nos casos de assédio, violência sexual, gravidez na adolescência bem como a falta de estrutura da cidade para lidar com o aumento desproporcional da população masculina visitante gera uma sensação de insegurança comum a todas as mulheres da região.

Os serviços públicos disponíveis no município bem como os programas de enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres e meninas ainda são insuficientes para atender essa população vulnerável, exigindo um esforço do Estado, da sociedade e das empresas para buscar estratégias eficazes de combate a violação de direitos.

O Centro das Mulheres do Cabo, organização parceira da ActionAid, atua há mais de 20 anos no local buscando garantir o cumprimento dos direitos das mulheres.

3.2. Recife

Capital do Estado de Pernambuco. Sua população³ é de 1.537.704 habitantes que sendo 53,8 % mulheres e 46,2 % homens, com densidade demográfica de 7.037,61 hab/Km². É uma das dez maiores cidades do Brasil e a terceira maior do Nordeste. A distribuição de renda na cidade é completamente desigual: 10% dos moradores mais ricos são responsáveis por 55% de toda a renda, enquanto 60% dos mais pobres respondem por apenas 13% dela. Recife possui 18 Delegacias de Polícia e uma Delegacia de Polícia da Mulher.

3.2.1. Ibura

O Ibura é um dos maiores bairros da periferia de Recife com mais de 50 mil habitantes⁴. Segundo o Atlas Municipal, as microrregiões 6.2 e 6.3, que correspondem aos bairros de Ibura e Jordão, ocupam, respectivamente, a 6ª e a 5ª posição entre os piores IDHs (Índice de Desenvolvimento Humano) de todas as 18 microrregiões da cidade. Com uma população de 134.648 habitantes, distribuídos em 34.034 domicílios, dos quais 61,7% estão localizados em assentamentos muito pobres, estas duas microrregiões se caracterizam fortemente pela baixa qualidade ambiental e carência de infraestrutura urbana.

A ocupação urbana desta área foi intensificada a partir da década de 60, pois foi escolhida para a implantação de conjuntos habitacionais e loteamentos populares para famílias removidas de áreas centrais da cidade. Contudo, devido a outros fatores, como as enchentes ocorridas no Recife neste período, e o próprio processo de migração do interior do estado, esta região foi sendo adensada para além do que previa o planejamento e os próprios investimentos do poder público. Hoje, a área vive um processo de luta constante pela implementação de serviços públicos básicos que possibilitem a vida de seus moradores.

A situação de violação flagrante dos direitos humanos da população das áreas de baixa renda do Recife estimula um ambiente de disputa e ociosidade, favorecendo a violência e o desalento. Há duas décadas, o Recife está situado entre as capitais mais violentas do país e a região do Ibura e Jordão ocupa uma posição de destaque neste cenário, com uma alta taxa de homicídios entre jovens.

As mulheres tem um papel importante na trajetória de lutas dos movimentos populares do Ibura e Jordão. Foram elas que se organizaram e criaram os primeiros grupos, naquela ocasião chamados de Clubes de Mães, para reivindicar a implementação de serviços públicos de abastecimento de água, escolas, postos de saúde. Hoje a maioria das organizações comunitárias de base são dirigidas por mulheres. No entanto as condições para participação ainda são diferenciadas. Muitas são as vezes em que as mulheres chegam para participar das atividades de formação depois de terem cumprido uma longa agenda de atividades em suas casas.

A ETAPAS, organização parceira da ActionAid, atua em Ibura em parceria com a FIJ (Federação Ibura Jordão), que agrega organizações locais da comunidade.

3.2.2. Passarinho

A comunidade de Passarinho está localizada na zona norte do Recife, na Região Político Administrativo 3 (RPA3), ocupando uma área de 3,92 km². É uma comunidade situada às margens da BR 101 norte e limita-se com os municípios de Olinda e Paulista. Trata-se de uma área que foi ocupada de maneira desorganizada, de grande densidade populacional de pessoas pobres. A mata e rio originais encontram-se poluídos e devastados. Pesquisas recentes apontam Passarinho como uma das áreas de risco de desabamento. Nessa região, milhares de pessoas vivem condições de moradias muito precárias, sem infraestrutura nem saneamento.

O quadro das desigualdades sociais se agrava nessa e em várias comunidades quando relacionamos as condições de pobreza e de injustiça social às dimensões de geração, gênero, raça e classe. As mulheres, na maioria chefes de famílias; pessoas negras; e de baixa renda são os grupos que se encontram nos mais altos indicadores da exclusão.

Por se tratar de uma comunidade localizada na fronteira de três municípios diferentes, é tratada como uma área de litígio. Muitos municípios negam suas competências de gerir os problemas sociais da área, condenando a comunidade a uma situação de completa exclusão e precariedade nos serviços públicos oferecidos. Há uma imensa dificuldade na incidência política e no monitoramento de políticas públicas para região. A Casa da Mulher do Nordeste, organização parceira da ActionAid, atua na comunidade há mais de dez anos e possui uma atuação consolidada no tema de direito das mulheres.

3.3. Complexo da Maré – Rio de Janeiro

As favelas e outras comunidades populares constituem uma síntese dos maiores problemas sociais e econômicos. São espaços onde as taxas de renda, de escolarização e de empregabilidade no setor formal são inferiores às médias do Rio de Janeiro em geral, ao contrário do que acontece em relação aos indicadores de violência, que são os maiores da cidade. Elas são ainda áreas historicamente estigmatizadas no entendimento da sociedade e relegadas a um plano inferior no campo das intervenções públicas.

No final da década de 80, uma decisão da prefeitura da cidade transformou a favela da Maré em Região Administrativa e, já na década de 90, em bairro. O Complexo Maré se destaca por ser o maior território popular do Rio de Janeiro. Em 2000, ela possuía pouco mais de 132 mil habitantes, com uma média de 3.3 habitantes por domicílio num adensamento populacional de 40 mil domicílios distribuídos em 16 comunidades.⁵

No que diz respeito à oferta de serviços públicos essenciais, a Maré tem, de forma regular, oferta de água, eletricidade, telefonia, asfaltamento de quase todas as vias e coleta de lixo, além de contar com um sistema integrado de esgotamento sanitário, de precária qualidade. Todavia, as estereótipos sobre as favelas que dominam a cidade do Rio de Janeiro, dentre outras, impediu, até agora, a oferta de outros serviços importantes, tais como bancos e correios. Isso tem ocorrido apesar do esforço, há vários anos, de grupos locais em solicitar a oferta desses serviços.

No cenário de desigualdade e violência que caracteriza o território da Maré é notório que alguns segmentos da população tais como as mulheres e os afrodescendentes estão sujeitos a condições de maior vulnerabilidade. Recentemente, o Complexo da Maré sofreu um tenso processo de militarização com a instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora na região. As ações relativas à instalação dessa unidade policial foram marcadas por denúncias de violências e violações aos direitos humanos que intensificaram o receio que muitos moradores da favela tem de circular livremente.

A Redes de Desenvolvimento da Maré é a organização parceira da ActionAid que atua na região.

3.4. Heliópolis – São Paulo

Heliópolis está localizada numa área de 1 milhão de metros quadrados, de propriedade da Cohab/SP, na região sudeste, a 6 km do centro da capital de São Paulo e próximo do ABC Paulista. Moradias diversificadas como barracos, palafitas, casas de alvenaria e prédios de 10 andares (Cingapura - COHAB) formam a maior favela do estado de São Paulo.⁶

Heliópolis é uma comunidade que, durante alguns anos, foi tratada como um dos maiores bolsões de pobreza da cidade de São Paulo. Originalmente foi destino de populações removidas de outras

favelas e transferidas para morarem aí em alojamentos provisórios. A permanência da população transferida nessa situação precária foi acompanhada ao longo dos anos 80 por ameaças de grileiros que se intitulavam donos da terra e mantinham seu poder explorando financeiramente os moradores. As décadas de 1970 e 1980 foram importantes no surgimento de movimentos populares que se organizaram ao longo do tempo para defender o direito à moradia digna.

A luta pela moradia e pela legalização fundiária ainda é um dos principais temas para a comunidade de Heliópolis, assim como o esforço para garantia de ofertas de serviços locais como creches, escolas, calçamento, iluminação, etc.

A organização UNAS, parceira da ActionAid, atua há mais de 30 anos em Heliópolis e é a principal representação dos moradores na reivindicação de direitos e serviços para a comunidade.

3.5. Upanema

O município de Upanema está localizado na região oeste do Rio Grande do Norte e tem uma população de 12.992 mil habitantes, sendo 6.273 mulheres.⁷ É considerado um município rural, mas, nos últimos anos, com a construção de rodovias e a instalação de poços de extração de petróleo da Petrobrás, a cidade passou por um processo de intenso desenvolvimento econômico com a chegada de diversos trabalhadores de várias localidades. Esse processo alterou a dinâmica das comunidades trazendo novos elementos para as dificuldades sociais já enfrentadas pelas mulheres: o tráfico de drogas e a exploração sexual.

Os trabalhadores e trabalhadoras rurais se organizam politicamente no Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Upanema que tem uma comissão de mulheres e uma de jovens. Muitas mulheres participantes dessas organizações migraram para a cidade devido ao desenvolvimento na região e também para estudar em turmas especiais na Universidade Federal do Semiárido que hoje oferece cursos voltados para as especificidades da região. Entretanto, para conseguir frequentar esses cursos nas cidades vizinhas as mulheres passam por muitas dificuldades que vão desde problemas no transporte até o preconceito com sua condição social.

O Centro Feminista 8 de Março, organização parceira da ActionAid, possui forte atuação na cidade.

4. Metodologia

A metodologia de elaboração da linha de base da **Campanha Cidades Seguras para as Mulheres** contemplou duas importantes etapas. A primeira consistiu em visitar documentos elaborados ao longo dos anos de construção da iniciativa, como análises políticas, dados secundários oriundos de órgãos oficiais, publicações, pesquisas, planos e políticas no intuito de complementar as informações colhidas nos relatórios iniciais de 2011 e 2012.

A segunda etapa correspondeu à realização de uma pesquisa-diagnóstico para ampliar o conhecimento da realidade em que o projeto iria atuar junto as seis organizações parceiras de quatro estados (Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e São Paulo). Essa pesquisa foi realizada nas seis comunidades em que essas organizações tem um trabalho consolidado e contemplou a elaboração do instrumento da pesquisa, seleção e treinamento das pesquisadoras, aplicação dos instrumentos nas comunidades, sistematização e análise dos dados e apresentação da linha de base para todos os sujeitos envolvidos nos temas de foco da campanha no Brasil, a saber: educação, moradia, transporte, iluminação e policiamento.

Convém salientar que todo esse arcabouço de aproximação com a realidade e as metodologias de abordagens foram construídas de forma participativa e articulada com as organizações parceiras.

Após a discussão dos conteúdos da pesquisa da ActionAid com as organizações parceiras em reunião realizada em Recife, o instrumento de coleta de dados foi construído e aprovado. Em seguida, foi realizado o treinamento e seleção das pesquisadoras, que são mulheres que moram nas comunidades pesquisadas. O trabalho de campo durou um mês. A pesquisa foi realizada de setembro a outubro de 2013. No total, 300 mulheres foram entrevistadas em quatro estados. Finalizada essa etapa, os dados foram tabulados, analisados e sistematizados. Um dos resultados desse trabalho foi a contribuição para o maior conhecimento do conjunto dos problemas vivenciados pelas mulheres nas seis comunidades pesquisadas nos territórios de atuação da campanha.

5. Análise da pesquisa - Diagnóstico Local

O levantamento foi realizado em seis localidades de quatro estados – Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Nesse último estado, foram entrevistadas mulheres de três municípios: Recife, Olinda e Cabo de Santo Agostinho. A previsão era entrevistar 50 mulheres em cada área, mas na Maré (Rio de Janeiro) foram entrevistadas seis mulheres a mais, o que levou ao total de 306 mulheres, como se vê na tabela 1.

Tabela 1 - Nº de entrevistadas de acordo com localidade

Localidade	Nº	%
São Paulo	50	16,3
Rio de Janeiro	56	18,3
PE Recife	50	16,3
Rio Grande do Norte	50	16,3
PE Cabo de Santo Agostinho	50	16,3
PE Olinda	50	16,3
Total	306	100,0

A. Perfil Sociodemográfico

Quase 80% das mulheres estavam entre 22 e 55 anos de idade, mas há diferenças importantes entre as localidades. A maior proporção de jovens encontra-se na Maré, Rio de Janeiro, (22,6%), que, inversamente, tem a menor proporção de mulheres com mais de 55 anos (5,7%). Olinda é o local onde há mais mulheres com mais de 55 anos, mas não chega a 15%. Com exceção do Cabo e de Olinda, onde é maior a proporção de mulheres de 36 a 55 anos, a faixa etária que prepondera é a de 22 a 35 anos, que chega a ser quase metade das entrevistadas nas outras localidades.

Gráfico 1 – Faixa etária

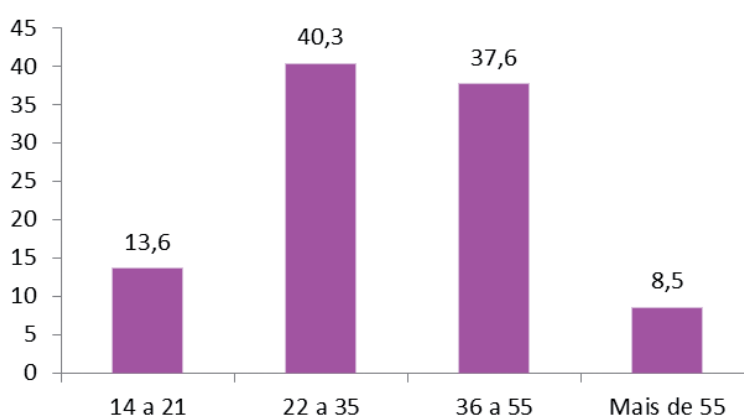
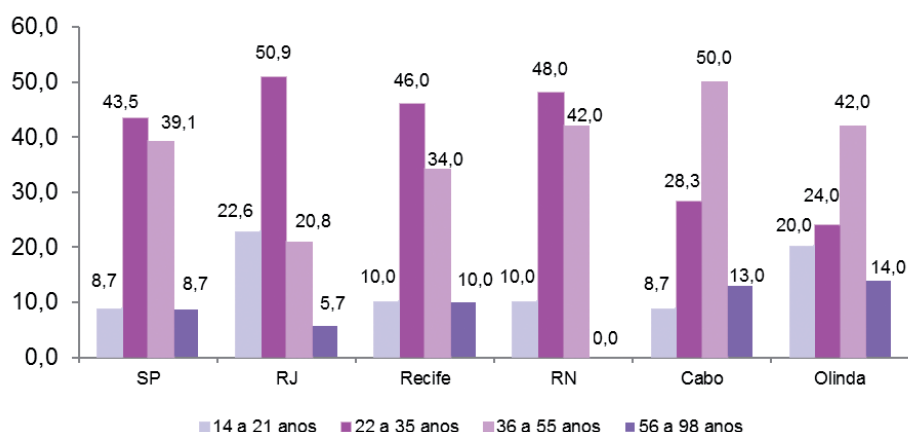


Gráfico 2 – Faixa etária, de acordo com a localidade



A maior parte das entrevistadas (61%), é negra, classificação que reúne as categorias preta e parda. Mas, novamente, há variações de acordo com o local. Na Maré (RJ), 74% das mulheres se autodeclararam negras, enquanto que, no Cabo de Santo Agostinho (PE), foram apenas 46,9% que se perceberam como negras. Em Recife (PE) também foi baixa a proporção de mulheres que se autotranscreveu como negras (54%), o que confere um perfil distinto do estado no conjunto das localidades. De acordo com os dados oficiais do IBGE⁸, em Pernambuco apenas 5,4% se classificam enquanto população negra enquanto que 36,6% se declaram brancos.

Gráfico 3 – Raça/cor da pele

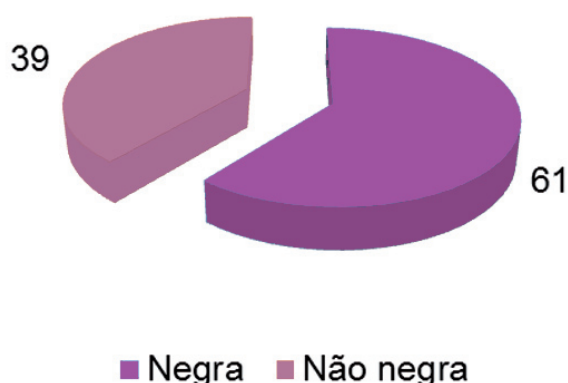
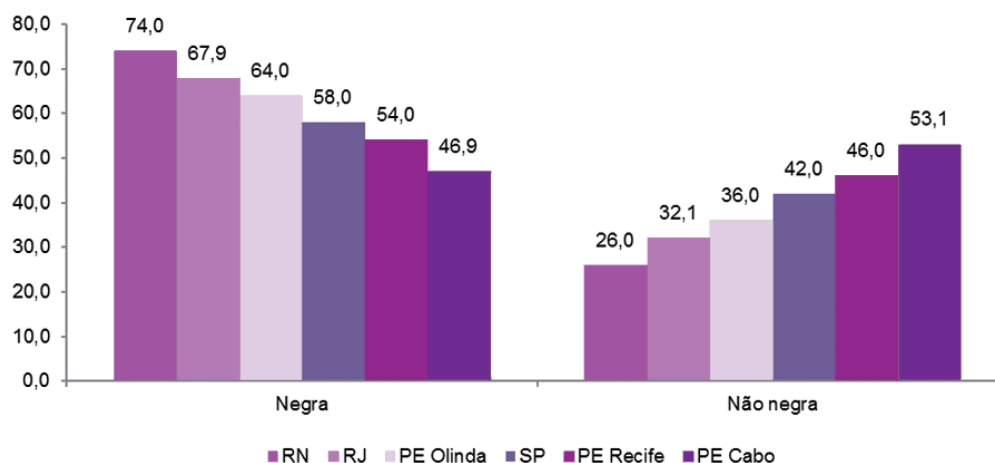


Gráfico 4 – Raça/cor da pele, de acordo com localidade



Cerca de 35% das mulheres apresentam grau de instrução baixo: são apenas alfabetizadas ou interromperam os estudos no nível fundamental – com alguma série concluída ou completando o ciclo – e ainda há 6,5% que não foram alfabetizadas. Ou seja, 41,5% das mulheres não chegaram ao ensino médio e apenas 17,3% chegaram ao nível superior. É importante pontuar que pesquisas já realizadas mostram que a necessidade de trabalhar muito cedo e a gravidez precoce são alguns dos fatores que contribuem para a evasão das mulheres nas salas de aula. Segundo dados do site da Fiocruz⁹ cerca de 1,1 milhão de adolescentes engravidam por ano no Brasil, um aspecto complicador para que elas retornem para as escolas.

Tabela 2 - Escolaridade

Grau de instrução	Total	% Acumul
Não alfabetizada	6,5	6,5
Alfabetizada	3,6	10,1
Fundamental	31,4	41,5
Médio	41,2	82,7
Superior	17,3	100,0
Total	100,0	

Pernambuco é o estado que apresenta a pior situação escolar. Nas três localidades, é maior a proporção de não alfabetizadas e de apenas alfabetizadas e, no nível fundamental, só ficam abaixo da Maré, no Rio de Janeiro, onde cerca de metade das mulheres chegou apenas a esse nível de ensino. Heliópolis, em São Paulo, apresenta uma situação inteiramente distinta das outras localidades, com 58% de mulheres que chegaram ao nível superior e apenas 6% de não alfabetizadas ou apenas alfabetizadas.

Tabela 3 – Escolaridade, de acordo com localidade

Grau de instrução	Recife	Cabo	Olinda	RJ	RN	SP
Não alfabetizada	12,0	10,0	4,0	5,4	2,0	2,0
Alfabetizada	6,0	6,0	8,0	1,8	0,0	4,0
Fundamental	32,0	32,0	32,0	51,8	18,0	20,0
Médio	44,0	40,0	46,0	32,1	70,0	16,0
Superior	6,0	12,0	10,0	16,1	10,0	58,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

B. Ocupação e rendimentos

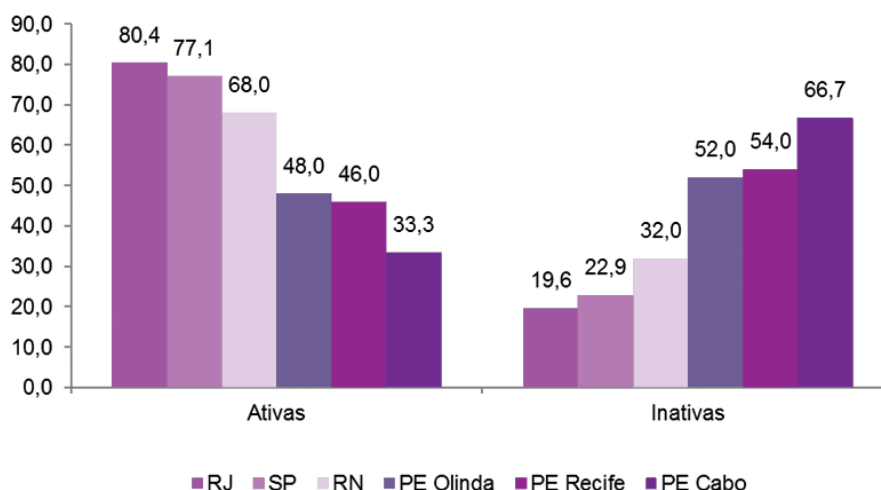
A maior parte das mulheres (59,3%) estava trabalhando no momento da pesquisa e, novamente, Pernambuco apresenta um diferencial negativo: nas três localidades, menos da metade das mulheres realizavam atividade remunerada, sendo que no Cabo de Santo Agostinho essa proporção foi de 33%. Ressalte-se que este município localiza-se na área do Porto de Suape, polo industrial que tem apresentado crescimento rápido e intenso nos últimos anos, sendo a principal área geradora de empregos no estado. Chama a atenção, portanto, que as mulheres aqui entrevistadas não tenham acesso às oportunidades aí existentes. É provável que isso se deva – como já tratado em outras análises – à baixa escolaridade e capacitação profissional, uma vez que a maior parte das vagas requer especialização, mas, ainda assim, chama a atenção que não se beneficiem do crescimento do mercado realizando atividades remuneradas informais.

De acordo com a pesquisa do Dieese¹⁰ intitulada *A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho da Região Metropolitana do Recife*, entre os desempregados, as mulheres representam 55%, enquanto os homens são 45%.

Gráfico 5 – Atividade remunerada

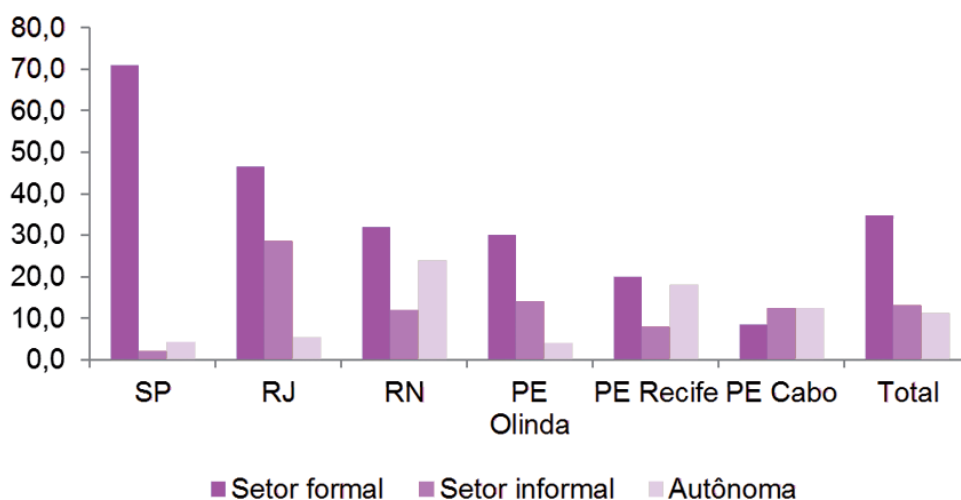


Gráfico 6 – Atividade remunerada, de acordo com localidade



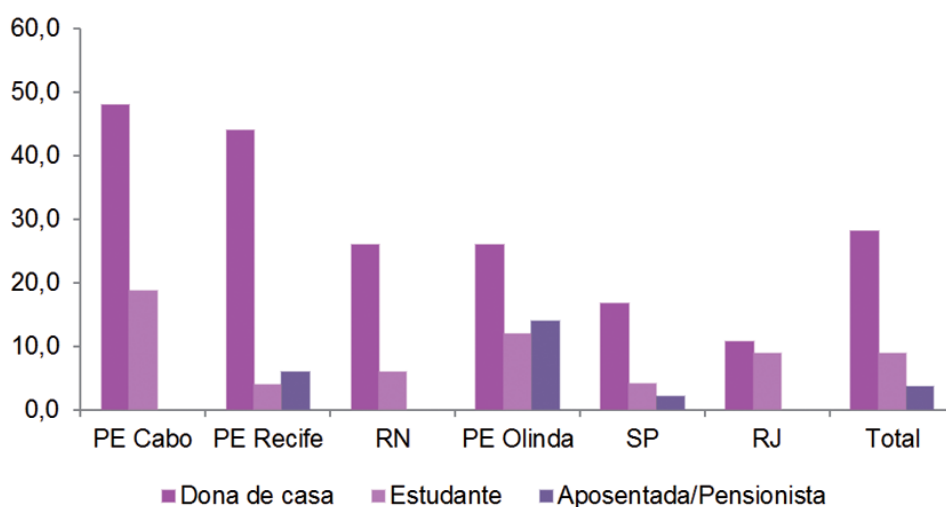
Na Maré (RJ) e em Heliópolis (SP), por sua vez, mais de 75% das mulheres estavam realizando atividade remunerada no momento da pesquisa e, como se vê no gráfico, 70% dessas mulheres em Heliópolis (SP) e cerca de 50% na Maré (RJ) estavam no mercado formal de trabalho, com seus direitos trabalhistas e previdenciários garantidos. Para o total das entrevistadas, a proporção das que estão nessa condição é de cerca de 35%. Novamente, Pernambuco está em pior situação, com os níveis mais baixos de formalidade, especialmente no Cabo de Santo Agostinho.

Gráfico 7 – Situação da atividade remunerada, de acordo com localidade



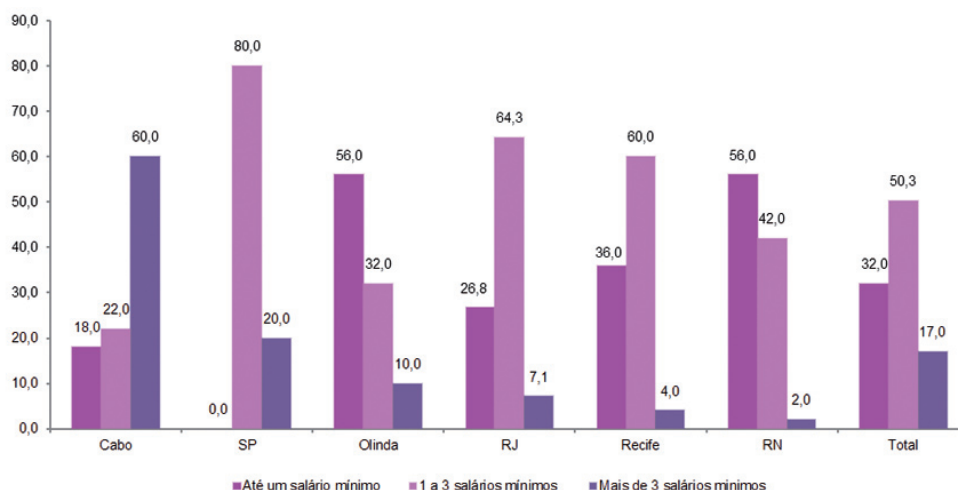
Entre as inativas, a maior proporção é de donas de casa, quase 30% do total, chegando a quase 50% no Cabo de Santo Agostinho e a mais de 40% no Recife. Mas é também no Cabo de Santo Agostinho que se encontra a maior proporção de estudantes, quase 20%, o que é um indicador positivo. Em Olinda, onde é alta a proporção de mulheres com mais de 55 anos, está também a maior proporção de aposentadas e pensionistas, cerca de 15%. Na Maré (RJ), em Upanema (RN) e no Cabo de Santo Agostinho (PE) nenhuma mulher entrevistada declarou estar nessa situação.

Gráfico 8 – Situação das inativas, de acordo com localidade



Os diferenciais de renda são mais marcados entre as diferentes localidades. Em geral, metade das mulheres situa-se na faixa de renda de um a três salários mínimos e, em Heliópolis (SP), 80% das mulheres estão nessa faixa. Olinda (PE) e Upanema (RN) são as localidades que concentram as maiores proporções de mulheres vivendo em famílias de baixa renda, com ganhos de até um salário mínimo (56%). O Cabo de Santo Agostinho (PE) chama a atenção mais uma vez, mas por motivos distintos dos anteriores. Apesar de apresentar alto contingente de mulheres inativas, é nessa localidade que se encontra os maiores rendimentos: 60% das mulheres vivem em famílias com renda mensal superior a três salários mínimos. Considerando a situação de inatividade, é possível que esse rendimento seja proveniente dos salários de membros da família inseridos no mercado de trabalho do polo industrial de Suape, que são mais altos.

Gráfico 9 – Renda média familiar mensal, de acordo com localidade



C. Família e gênero

A composição geral dos domicílios aponta para famílias com até duas crianças, sem adolescentes e com até dois homens e mulheres adultos. Em Recife (PE), 76% das mulheres vivem com até duas crianças em casa. Olinda (PE) é a localidade em que é maior a proporção de famílias sem crianças. A Maré (RJ) é o local onde há mais famílias com adolescentes (51,8%) e o Cabo (PE) é onde há a menor proporção de domicílios sem adolescentes (68%).

Tabela 4 – Composição dos domicílios, de acordo com localidade

Número e faixa etária dos residentes	SP	RJ	Recife	RN	Cabo	Olinda	Total
Sem crianças em casa	38,0	30,4	24,0	34,0	48,0	50,0	37,3
1 a 2 crianças	58,0	69,6	76,0	66,0	50,0	48,0	61,4
3 ou mais crianças	4,0	0,0	0,0	0,0	2,0	2,0	1,3
Sem adolescentes em casa	58,0	48,2	60,0	64,0	68,0	52,0	58,2
1 a 2 adolescentes	42,0	51,8	40,0	32,0	32,0	48,0	41,2
Nenhum homem adulto	36,0	32,1	16,0	20,0	18,0	16,0	23,2
1 a 2 homens adultos	64,0	67,9	84,0	80,0	82,0	84,0	76,8
Nenhuma mulher adulta	16,0	7,1	4,0	2,0	2,0	16,0	7,8
1 a 2 mulheres adultas	82,0	92,9	98,0	98,0	98,0	78,0	91,2
3 ou mais mulheres adultas	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,0	1,3

Metade das mulheres vive com o companheiro ou marido. Em Recife (PE), 62% das mulheres vivem nessa condição e na Maré (RJ) é onde se encontra a menor proporção de unidas ou casadas (37,5%). Heliópolis (SP) e Maré (RJ) são os locais onde há mais mulheres vivendo sozinhas ou em outros arranjos (18%). Chamam a atenção ainda o grande contingente de mulheres que residem com outros familiares: 90% em Upanema (RN), 66% em Heliópolis (SP), e 60% em Recife (PE). Como essa pergunta admitia múltiplas respostas, pode-se inferir que uma parte importante das mulheres vive com o companheiro, filhos e com outros parentes, em arranjos familiares ampliados.

Um fenômeno recente que tem se ampliado no Brasil e que tem bastante influência sob a forma como as mulheres vivenciam a cidade é o aumento do número de mulheres chefes de família. De acordo com pesquisa recente do IGBE, a proporção de famílias chefiadas por mulheres cresceu mais de quatro vezes nos últimos anos. Em relação aos casais sem filhos, o índice de autoridade feminina passou de 4,5% para 18,3%. Já entre os que possuem filhos, o número subiu de 3,4% para 18,4%

no último censo. Os dados fazem parte da amostra Síntese de Indicadores Sociais¹¹. Esses números têm crescido majoritariamente nos espaços urbanos brasileiros. Como podemos observar, é muito frequente o grande número de mães solteiras que acabam responsáveis pela subsistência de todo o grupo familiar. Associado a essa questão está o fenômeno denominado de “feminização da pobreza”. Dada a grande carga atribuída às mulheres no trabalho reprodutivo – cuidado com pais, filhos, netos, companheiro – suas possibilidades no mercado de trabalho são significativamente subtraídas, o que leva a sua conformação como o grupo mais pobre dentre os pobres.

Para diminuir essa grande carga de trabalho sobre as mulheres é preciso a existência de mecanismos fornecidos pelo Estado tais como creches, escolas, lavanderias comunitárias, cursos, etc, que possam diminuir a vulnerabilidade social e propiciar sua autonomia e emancipação econômica. Tais mecanismos foram inclusive reconhecidos pela Comissão Externa de Feminização da Pobreza da Câmara dos deputados em relatório publicado em 2004¹² como essenciais para melhoria das condições de vida das mulheres.

Tabela 5 – Arranjos familiares, de acordo com localidade

Com quem reside	SP	RJ	Recife	RN	Cabo	Olinda	Total
Companheiro ou marido	36,0	37,5	62,0	58,0	60,0	50,0	50,3
Outros familiares	66,0	21,4	60,0	90,0	40,0	26,0	50,0
Pai e/ou mãe	18,0	32,1	16,0	18,0	14,0	24,0	20,6
Sozinha	16,0	14,3	2,0	0,0	4,0	4,0	6,9
Outros	2,0	3,6	0,0	8,0	0,0	2,0	2,6

Confrontadas com afirmações sobre as relações de gênero, as mulheres mostraram-se, em geral, pouco conservadoras. Com exceção da primeira afirmação, com a qual quase 90% das mulheres concordaram, as demais proposições não chegaram a obter nem metade da concordância delas. É possível que para algumas delas – ou mesmo para todas – o termo “ajuda” já signifique divisão de tarefas e, nesse caso, estariam se posicionando de forma mais próxima ao ideário da igualdade de gênero. Essa interpretação pode ser sustentada pelo fato de que apenas 18% das mulheres concordaram que as tarefas de casa são de responsabilidade principal das meninas. As afirmativas sobre circulação no espaço público apresentaram proporções semelhante de concordância, entre 10% e 15%, demonstrando que a percepção do risco na via pública não está associada ao sexo, mas à idade dos filhos e filhas, muito provavelmente, à necessidade da disciplina e orientação dos pais com relação à vida social. As afirmações com as quais as mulheres mais discordaram foram as que defendem a maior importância da escola para os meninos e da maternidade para as meninas, revelando o afastamento dos valores tradicionais de gênero.

Mas há diferenças importantes de acordo com a localidade. As três localidades de Pernambuco apresentam proporções bem mais altas de respostas que reforçam os valores conservadores. No Cabo de Santo Agostinho, por exemplo, 82% das mulheres acreditam que a carreira profissional é mais importante para os meninos do que para as meninas e 14% - proporção igual à de Recife – acreditam que a escola é mais importante para os meninos. Talvez esteja aí um dos motivos que contribuem para que haja menos mulheres inseridas no mercado de trabalho nessa localidade.

Tabela 6 – Opiniões sobre gênero, de acordo com localidade

Opiniões sobre gênero	SP	RJ	Recife	RN	Cabo	Olinda	Total
Os meninos devem dar uma ajudinha nas tarefas domésticas	100,0	94,6	98,0	60,0	88,0	94,0	89,2
Ter uma carreira é mais importante para os meninos do que para as meninas	44,0	21,4	64,0	22,0	82,0	62,0	48,7
Tenho vergonha se minha filha for namorada	0,0	37,5	52,0	32,0	56,0	30,0	34,6
As tarefas de casa são responsabilidade principalmente das meninas	0,0	10,7	22,0	28,0	28,0	22,0	18,3
Os meninos podem sair na rua a qualquer hora	28,0	16,1	4,0	12,0	20,0	10,0	15,0
As meninas podem sair na rua a qualquer hora	38,0	10,7	2,0	14,0	0,0	2,0	11,1
Os meninos precisam mais ir à escola do que as meninas	0,0	5,4	14,0	0,0	0,0	14,0	5,6
Ser mãe cedo é melhor para as meninas	0,0	1,8	0,0	2,0	0,0	0,0	0,7

D. Serviços públicos existentes na comunidade

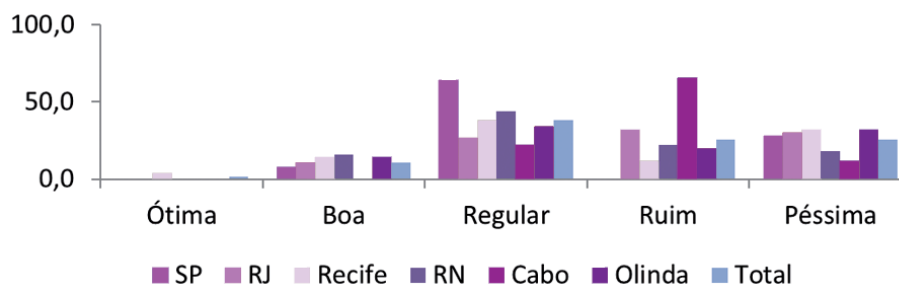
Os serviços avaliados nesta pesquisa relacionam-se com as questões da iluminação, policiamento, escolas e transportes públicos. Esses itens, como se verá a seguir com a análise específica dos dados, foram avaliados de maneira insatisfatória pelas entrevistadas, o que sinaliza para um processo de precarização dos serviços públicos no Brasil.

Como observa João Sicsú sobre o processo político-econômico que resultou em inclusão salarial e choque de consumo, *“a vida dentro de casa já melhorou no Brasil. A exigência, a partir de agora, é que a vida também tenha melhor qualidade fora de casa. Não basta um sofá novo e uma smartTV. É preciso, principalmente, qualidade de vida urbana. (...) É preciso ser além de consumidor; é preciso ser cidadão”*¹³

Nas oficinas que precederam a aplicação dos questionários, a má qualidade da iluminação pública foi considerada um fator de aumento do medo e da insegurança, assim como de casos reais de violência contra as mulheres.

Para cerca de 40% das mulheres ouvidas, o serviço de iluminação pública é regular, e para 51% é ruim ou péssimo. As piores situações se encontram no Cabo (PE) e em Olinda (PE), que apresentaram maior concentração de respostas ruim (78%) e péssimo (52%). Apenas duas mulheres classificaram como ótima a iluminação pública de Recife (PE).

Gráfico 10 – Avaliação da qualidade da iluminação pública, de acordo com localidade



Essa avaliação é decorrente da situação de iluminação das comunidades em que as mulheres residem. Em geral, 39,5% das mulheres vivem em ruas pouco iluminadas, sendo mais precária a situação no Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, (72%) e em Heliópolis, São Paulo (52%). 73,9% das mulheres já desviaram seu trajeto por conta da escuridão da rua. No Cabo de Santo Agostinho

(PE), 98% das mulheres relataram já ter agido dessa forma alguma vez na vida e 54% delas o fazem com muita frequência. Na Maré (RJ), Recife (PE) e em Upanema (RN) essa proporção é próxima de 80%. Isso acontece com frequência regular para 25% das mulheres. De forma consistente, quase todas as mulheres concordam que a iluminação das ruas proporciona maior segurança.

Tais números remontam à fundamental importância que a iluminação pública representa na vida das mulheres. O fato de quase a totalidade das mulheres entrevistadas relatarem já terem desviado seus caminhos por conta de ruas mal iluminadas demonstra como a precariedade do serviço de iluminação oferecido as torna mais inseguras, limitando seus horários, percursos e direito de ir e vir. A falta de segurança limita seu desenvolvimento social e econômico pois passam a gastar mais tempo para fazer a mesma coisa, ou mesmo desistem de oportunidades por medo da violência.

Tabela 7 – Condições de iluminação, de acordo com localidade.

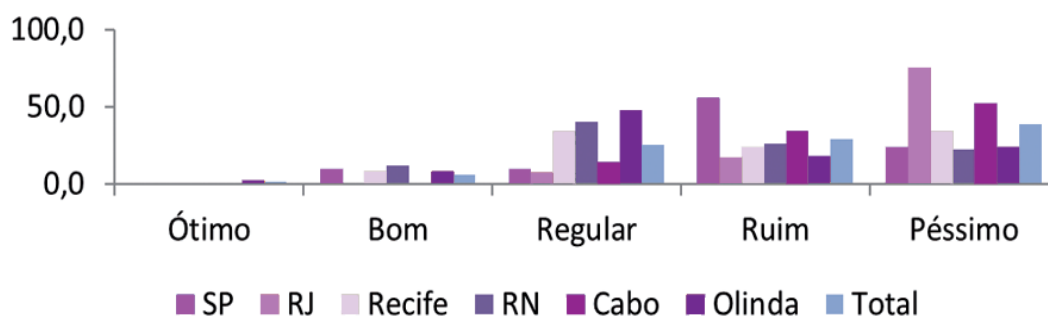
Condições de iluminação	SP	RJ	Recife	RN	Cabo	Olinda	Total
Sua rua é iluminada	48,0	71,4	72,0	72,0	28,0	70,0	60,5
Já desviou caminho por que rua é escura	40,0	82,1	78,0	80,0	98,0	64,0	73,9
Sempre	0,0	21,4	24,0	42,0	54,0	12,0	25,5
De vez em quando	64,0	60,7	56,0	38,0	44,0	52,0	52,6
Nunca	0,0	0,0	2,0	0,0	0,0	4,0	1,0
Iluminação dá mais segurança	100,0	92,9	100,0	96,0	100,0	100,0	98,0

A avaliação da qualidade do policiamento também foi negativa. 68% das mulheres ouvidas consideraram o serviço como ruim e péssimo. Em Recife (PE), Olinda (PE) e Upanema (RN) cerca de 45% das mulheres avaliam o policiamento como regular. A pior avaliação está na Maré (RJ): 75,5% das mulheres consideram o policiamento péssimo.

Nas oficinas que antecederam a aplicação dos questionários, as mulheres relataram experiências negativas em relação à polícia como, por exemplo, situações em que ocorreram o uso da violência e do abuso de autoridade, e até mesmo a ausência de efetivo serviço nas comunidades em que se realizou a aplicação dos questionários.

No caso do Rio de Janeiro, essa polícia, avaliada negativamente por parte das entrevistadas, é aquela que, segundo relatório da OAB-RJ e do sociólogo Michel Misse¹⁴, foi responsável por dez mil mortes decorrentes de autos de resistência e de desaparecimentos no Rio de Janeiro entre 2001 e 2011.

Gráfico 11 – Avaliação da qualidade do policiamento, de acordo com localidade

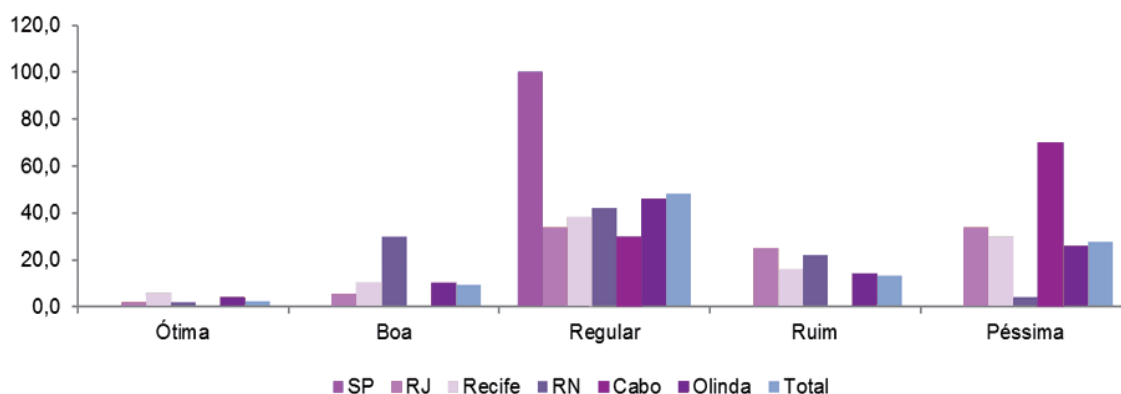


As escolas públicas existentes na comunidade são um pouco melhor avaliadas do que os serviços já mencionados. A maior parte das mulheres classificou as escolas como regular. Embora minoritárias, houve referências positivas, sobretudo em Upanema, no Rio Grande do Norte.

As localidades com pior avaliação são o Cabo de Santo Agostinho (PE), Recife (PE) e Maré (RJ). De acordo com a Fundação Lemann¹⁵, no que se refere à estrutura das escolas, no Rio, 78% possuem biblioteca, 91% possuem internet, 83% possuem esgoto via rede pública e 65% fornecem alimentação. Em Pernambuco, 60% das escolas possuem biblioteca, 75% tem internet, 50% possuem esgoto via rede pública e 63% fornecem alimentação. Quando esse dado de Pernambuco é filtrado para o Cabo de Santo Agostinho se evidenciam duas questões. A primeira é que existem apenas 13 matrículas em creche. Essa uma das principais demandas das mulheres, dado o impacto que isso ocasiona em suas vidas, pois se não têm onde deixar seus filhos, são impedidas de trabalhar ou retornar aos estudos. A segunda é a precariedade do saneamento básico da cidade. Segundo os dados, apenas 16% das escolas do Cabo de Santo Agostinho (PE) possui esgoto.

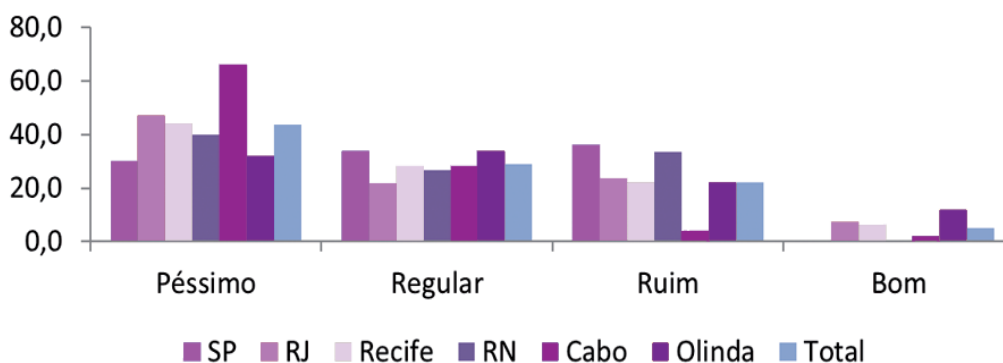
No que se refere à qualidade educacional, os dados do Portal da Educação do Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE-PE)¹⁶ mostram que o estado possui a cidade com o pior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2011 para Fundamental 2 (do 6º ao 9º ano), considerados os municípios com mais de 200 mil habitantes. Se analisadas, ainda, as aferições feitas pelo Ministério da Educação (MEC) desde 2007, da 1ª à 9ª série, três das seis maiores cidades pernambucanas diminuíram consideravelmente as notas nessa avaliação. Com isso é possível perceber o motivo pelo qual a grande maioria das mulheres entrevistadas em Recife e no Cabo avaliam as escolas como péssimas, conforme o gráfico acima.

Gráfico 12 – Avaliação da qualidade das escolas públicas na comunidade, de acordo com localidade



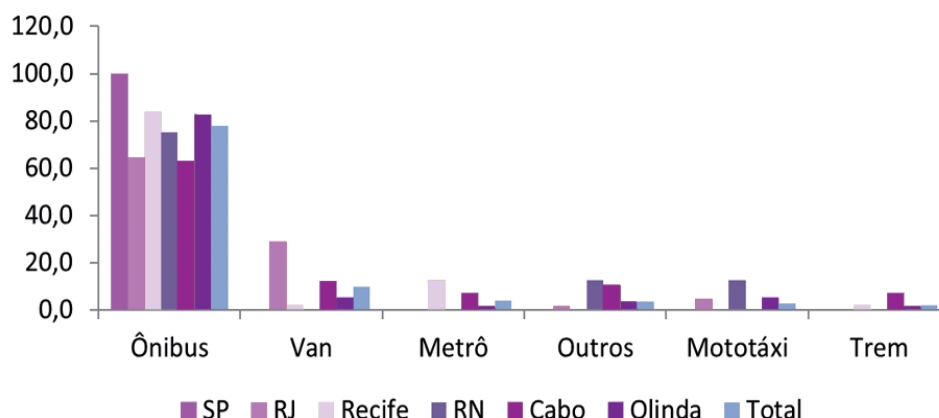
O transporte público foi o serviço pior avaliado em todos os locais, sendo, novamente, pior no Cabo de Santo Agostinho. Mas, em cerca de 30% dos casos, a avaliação foi regular. Referências positivas apareceram apenas na Maré (RJ) e no Recife (Passarinho e Ibura), mas com proporções abaixo de 10%.

Gráfico 13 – Avaliação do transporte público na comunidade



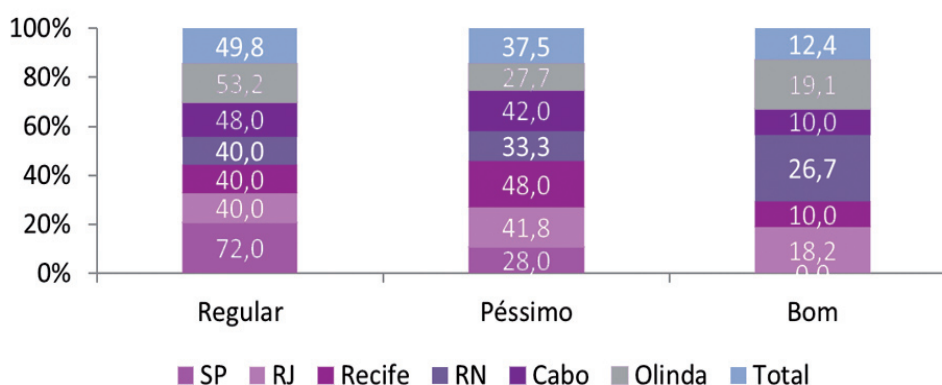
A grande maioria das mulheres utiliza o ônibus como principal meio de transporte em todas as localidades. Na Maré (RJ) e no Cabo de Santo Agostinho, houve referências à van. O metrô foi pouquíssimo citado.

Gráfico 14 – Transporte utilizado com maior frequência



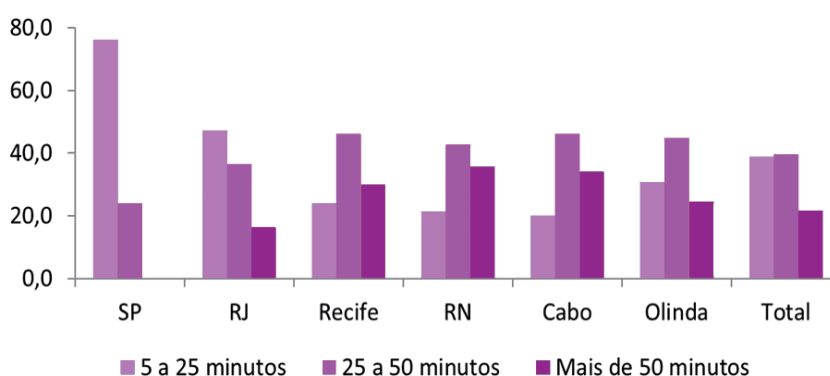
Perguntadas especificamente sobre a qualidade do transporte que utilizam, porém, a maior parte avaliou como regular. A melhor avaliação foi feita pelas mulheres de Upanema (RN) e a pior, pelas mulheres do Recife e do Cabo de Santo Agostinho (PE).

Gráfico 15 – Avaliação do transporte público utilizado



O tempo de espera pelo transporte público é mais curto em Heliópolis (SP) e mais longo em Upanema (RN) e no Cabo de Santo Agostinho (PE). Em geral, a maior parte das mulheres espera até 50 minutos pela chegada do transporte.

Gráfico 16 – Tempo de espera pelo transporte utilizado

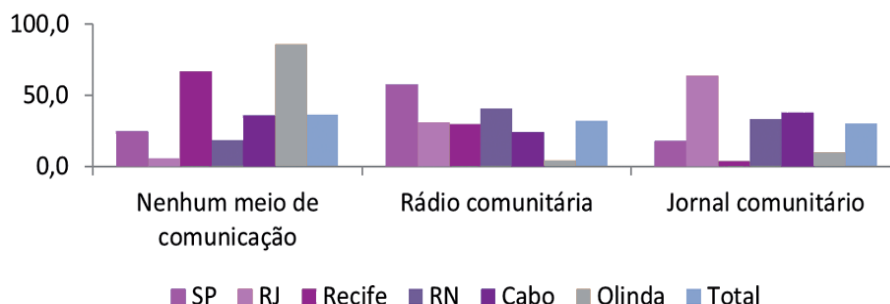


E. Meios de comunicação comunitários

A presença de meios de comunicação locais nas comunidades é bem irregular. No conjunto, apenas

30% das mulheres identificaram a presença de rádios ou jornais comunitários em suas áreas de moradia. Olinda e Recife são os locais com a maior proporção de mulheres que disse não haver nenhum meio de comunicação na comunidade. Mas 20% das mulheres de Recife identificaram a presença de rádio comunitária. Heliópolis (SP) e Upanema (RN) são os locais com maior presença de rádio e os jornais estão mais presentes na Maré (RJ).

Gráfico 17 – Meios de comunicação comunitários



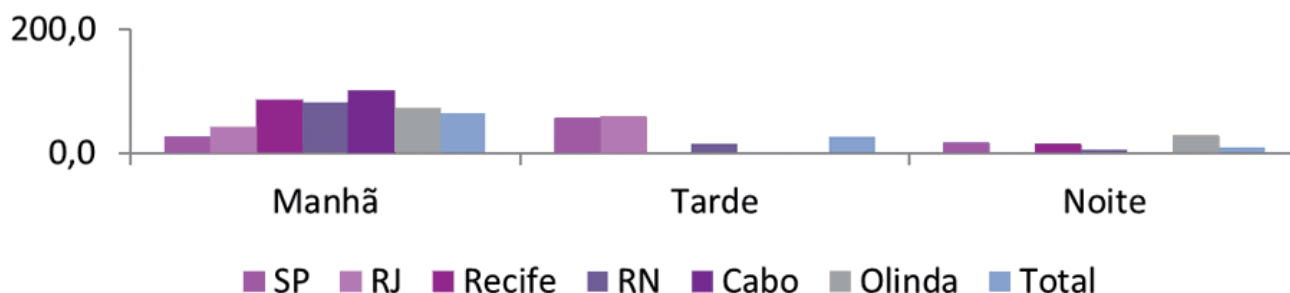
Mesmo que existam os meios de comunicação comunitário, ainda são poucas as mulheres que fazem seu uso frequente. Em geral, apenas 20,2% das mulheres leem o jornal comunitário com frequência e 11,8% se informam por meio do rádio. A maior parte das mulheres acessa ocasionalmente esses meios. O Cabo de Santo Agostinho é o local com maior acesso a jornais comunitários e Upanema, no Rio Grande do Norte, o de maior acesso a rádios. No outro extremo, Olinda se destaca como o lugar em que a maior parte das mulheres nunca escutam a rádio comunitária e Recife como aquele em que a maior parte nunca acessa jornais comunitários.

Tabela 8 – Acesso a meios de comunicação comunitários

Acesso a meios de comunicação	SP	RJ	Recife	RN	Cabo	Olinda	Total
Jornal comunitário							
Sempre	20,0	12,5	0,0	28,6	50,0	5,0	20,2
Às vezes	66,7	67,9	38,5	47,6	25,0	35,0	51,8
Nunca	13,3	19,6	61,5	23,8	25,0	60,0	28,0
Rádio comunitária							
Às vezes	68,6	29,8	50,0	59,1	58,3	21,1	47,2
Nunca	22,9	70,2	21,4	4,5	29,2	73,7	41,0
Sempre	8,6	0,0	28,6	36,4	12,5	5,3	11,8

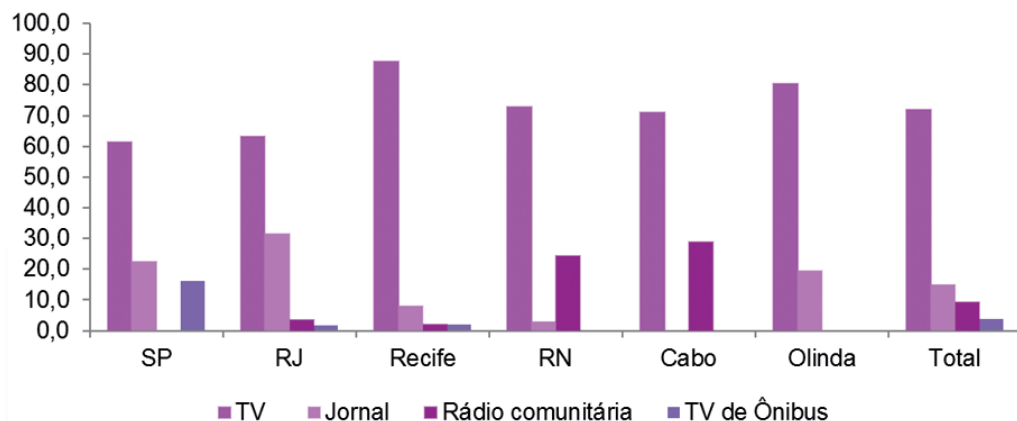
Entre aquelas que ouvem rádio comunitária, o melhor horário é a manhã, com exceção de Heliópolis, São Paulo, e da Maré, Rio de Janeiro, que preferem a parte da tarde.

Gráfico 18 – Melhor horário para ouvir rádio comunitária



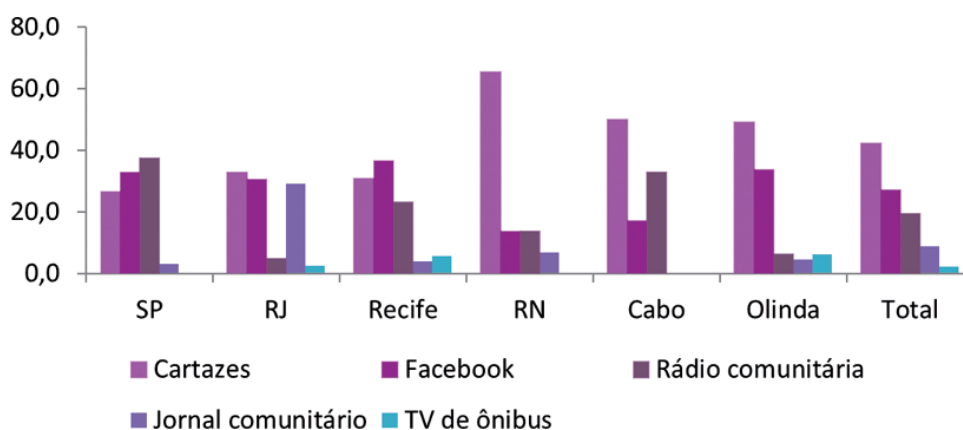
A TV é o meio de comunicação preferido por praticamente todas as mulheres em todas as localidades. No Rio de Janeiro, São Paulo e Olinda, cerca de 20% das mulheres da Maré (RJ), Heliópolis (SP) e Olinda (PE) fizeram referência a jornais e em Upanema (RN) e Olinda (PE), à rádio comunitária. A TV de ônibus só foi citada em Heliópolis, São Paulo.

Gráfico 19 – Meio de comunicação de preferência



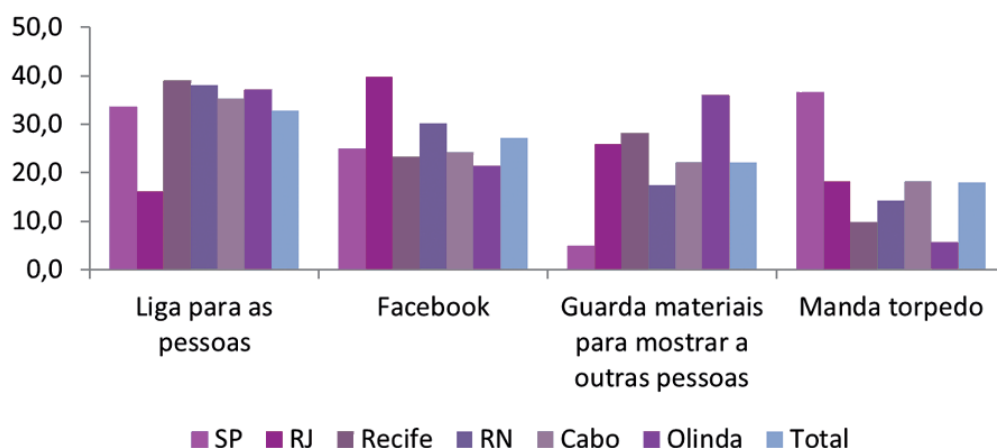
Perguntadas sobre qual seria o melhor meio para se fazer uma campanha pelo fim da violência contra as mulheres, a maior parte das entrevistadas optou pelos cartazes e pelo Facebook. Em Heliópolis (SP), no Cabo de Santo Agostinho e em Recife (PE), cerca de 30% das mulheres sugeriram a rádio comunitária, e na Maré (RJ) sugeriram o jornal comunitário. Novamente, foram pouquíssimas as menções à TV de ônibus.

Gráfico 20 – Melhor meio para campanha



Tentou-se identificar de que forma as mulheres compartilham informações importantes que lhes chegam por diferentes meios. Ligar para as pessoas e usar o Facebook foram as opções mais citadas pelo conjunto das mulheres. Mas há variações entre os locais. Em Heliópolis (SP) o telefone é o melhor meio, seja sob a forma de ligações ou de torpedos. Na Maré (RJ) as opções mais citadas foram o Facebook e o compartilhamento direto do material recebido. Em Recife, as mulheres optam pelo telefone e pelo compartilhamento direto. Em Upanema (RN) e no Cabo de Santo Agostinho, pelo telefone e pelo Facebook e em Olinda, pelo telefone e compartilhamento direto.

Gráfico 21 – Forma de compartilhamento de informações



F. Percepção e sensação de segurança

Convivência civil não corresponde a uma sociedade sem conflitos. A malha social urbana constitui-se de uma variedade de manifestações de insegurança e expectativas de segurança que correspondem a uma diversidade de interesses, experiências e posições sociais não só somente diversas, mas por vezes, até conflitantes.

Uma intervenção do Estado dirigida à satisfação da necessidade de segurança de um grupo deve, por essa razão, viabilizar um projeto de convivência democrática entre as distintas expectativas de autonomia em um mesmo espaço territorial.

Da análise do material coletado nesta pesquisa pode-se observar que menos da metade das mulheres se sente segura em suas comunidades. Em Heliópolis (SP), por exemplo, essa proporção foi de 90%, o que pode apontar para diferenciais nas condições de urbanização e segurança nesse estado. Maré (RJ) e Olinda (PE) foram os locais onde as mulheres se sentem menos seguras. Surpreendentemente, considerando as altas taxas de criminalidade violenta do município, metade das mulheres do Cabo de Santo Agostinho se sente segura em sua comunidade. Vale a pena investigar posteriormente que condições produzem a sensação de segurança tão distinta do Recife e de Olinda.

Há maior homogeneidade no que se refere à opinião sobre a insegurança dos espaços públicos para as mulheres. Entre 62% (Heliópolis, SP) e 96% (Cabo, PE) das mulheres concordam que ruas e praças não são seguras para meninas e mulheres. Mais uma vez, parece haver inconsistência nas respostas do Cabo, onde as mulheres afirmaram se sentir seguras na comunidade, mas é possível que, agora, estivessem se referindo às ruas e praças de fora da comunidade.

Há também grande concordância entre todas as localidades com relação aos impactos da baixa qualidade dos serviços públicos – especialmente iluminação, transporte e policiamento - sobre a situação de segurança das mulheres. Os principais problemas apontados por elas foram o aumento do risco de sofrer violência sexual, ser assediada ou assaltada e o limite ao seu direito de ir e vir. Essas respostas foram mais fortes em Upanema (RN), em Olinda e no Cabo de Santo Agostinho (PE). Os limites de acesso ao trabalho e ao lazer também foram citados por mais da metade das mulheres no Cabo de Santo Agostinho (PE) e em Upanema (RN) como resultado da falta de segurança produzida pela má qualidade dos serviços. Como se vê, há consciência de que a segurança não resulta apenas das ações de policiamento, mas, sim, de um conjunto de políticas e serviços que constroem um ambiente sem violência.

A consciência de uma segurança encontrada nas respostas das entrevistadas extrapola a perspectiva de policiamento como repressão criminal. No caso específico de policiamento, o conceito

de prevenção da criminalidade e violência urbanas é muito importante e deve ser coordenado pela polícia em conjunto com outras instituições, mobilizando seus esforços, recursos e competências na identificação, análise e solução dos problemas de um território. Assim, ao invés de reiteradamente reagir a incidentes, meros sintomas de problemas, a polícia passa a adotar uma abordagem preventiva, buscando soluções definitivas para os problemas em si.

Mais que tudo, porém, a consciência de segurança expressa na perspectiva de cidades seguras prevê uma articulação dos provedores de serviços públicos de forma a oferecer segurança social às mulheres em particular, e a população em geral.

Tabela 9 – Sensação de segurança, de acordo com localidade

Sensação de segurança	SP	RJ	Recife	RN	Cabo	Olinda	Total
Se sente segura na comunidade	90,0	25,0	34,0	34,0	50,0	26,0	42,8
Ruas e praças não são seguras para meninas e mulheres	62,0	71,4	76,0	86,0	96,0	86,0	79,4
Qualidade dos serviços públicos dificulta a vida	72,0	75,0	76,0	78,0	100,0	76,0	79,4
Limita seu acesso ao trabalho	0,0	30,4	34,0	34,0	68,0	32,0	33,0
Limita seu acesso ao lazer	18,0	23,2	36,0	62,0	40,0	46,0	37,3
Limita seu acesso a educação	10,0	16,1	24,0	20,0	34,0	34,0	22,9
Aumenta casos de estupro, assalto ou assédio	54,0	33,9	42,0	70,0	66,0	56,0	53,3
Limita seu direito de ir e vir	30,0	44,6	20,0	56,0	40,0	54,0	40,8

Perguntadas sobre qual o ambiente que consideram mais seguro, a maior parte das mulheres, em todas as localidades, respondeu que era a própria casa, o que é consistente com a opinião de que os espaços públicos não oferecem segurança para as mulheres. A igreja foi o segundo lugar mais citado. Chama a atenção a baixa proporção de mulheres que se sente segura no trabalho e, especialmente, na escola, o que pode apontar para a existência de situações amplamente denunciadas pela imprensa e pela literatura especializada, como o assédio moral e sexual e a violência nas escolas.

Na avaliação dos lugares mais inseguros, porém, o trabalho e a escola cedem lugar para o espaço público, de forma consistente com as respostas anteriores. Assim, paradas de ônibus, becos, vias públicas e praças são consideradas inseguras por mulheres de todas as localidades. Novamente, no Cabo de Santo Agostinho as ruas foram menos indicadas como área insegura, provavelmente porque, como na pergunta mencionada anteriormente, as mulheres estariam se referindo às ruas da comunidade. Apenas em Upanema (RN) foi dada menor importância à parada de ônibus que em os outros locais.

Da observação desses dados, conclui-se que uma gestão democrática do espaço público e urbano passa por formulações de políticas de segurança que viabilizem o tema por meio de ações combinadas de instituições e cidadãos, não restringindo o problema a questão do policiamento.

Gráfico 22 – Lugares mais seguros, de acordo com localidade

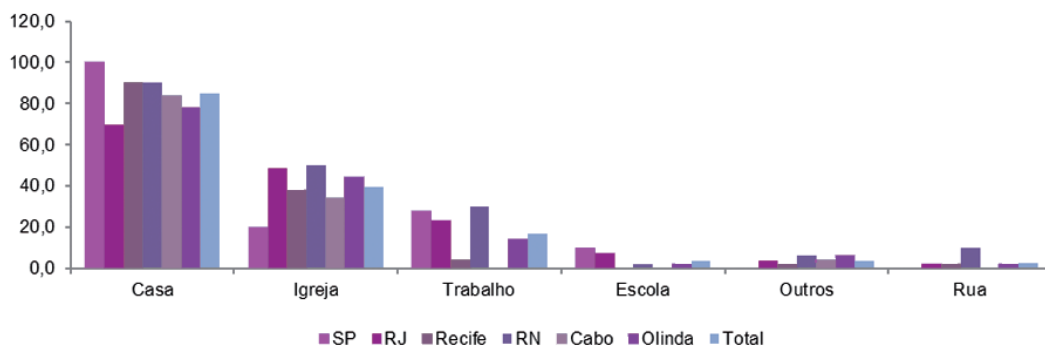
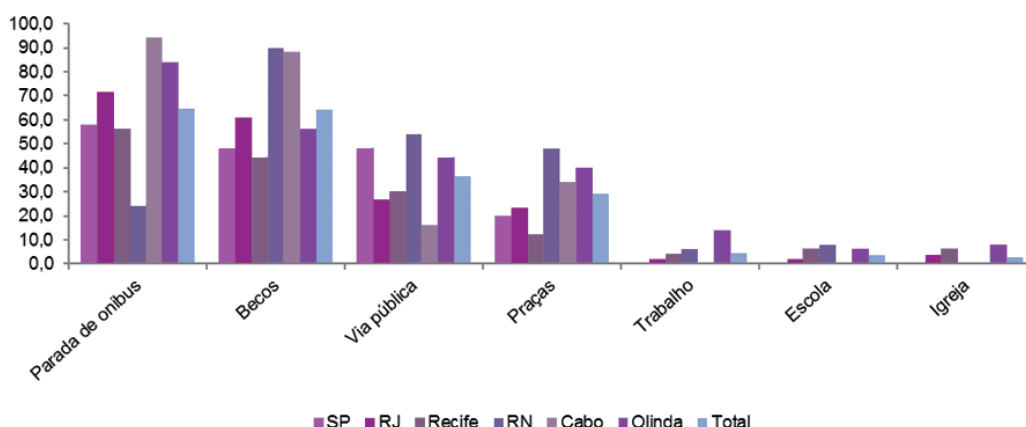


Gráfico 23 – Lugares mais inseguros, de acordo com localidade



G. Experiências de assédio e violência

A percepção e sensação de insegurança produz mudanças no comportamento das mulheres. Assim, 70,6% das entrevistadas já deixou de sair de casa em determinado horário com receio de sofrer algum tipo de assédio ou violência. Isso foi mais frequente no Cabo de Santo Agostinho, onde 84% das mulheres responderam afirmativamente a essa questão, e em Olinda (74%). Para 15% das mulheres – 30% em Olinda e 20% em Recife – isso acontece todos os dias. Ou seja, uma em cada três mulheres de Olinda e uma em cada cinco de Recife sofrem limites diários no seu direito de ir e vir em função da sensação de insegurança. Heliópolis, em São Paulo, é o local onde as mulheres sofrem restrições com menor frequência: nenhuma mulher afirmou deixar de sair diariamente ou semanalmente por medo de ser assediada.

Essas restrições pessoais refletem a intensa culpabilização que as mulheres sofrem pelo assédio que recebem nas ruas. A naturalização desse processo está intimamente relacionada com a cultura machista e patriarcal que vivemos. Em pesquisa recente publicada pelo IPEA¹⁷ sobre a tolerância social à violência com as mulheres, 26% dos entrevistados num universo de 3.810 pessoas ouvidas em 13 municípios concordaram com a afirmação de que “Mulheres que mostram o corpo demais merecem ser atacadas”. Nesse sentido, as limitações a quem as mulheres constantemente se impõem, como não sair de casa em determinados horários ou deixar de usar determinados tipos de roupas, também são reflexo, dentre outras causas, do processo de culpabilização das mulheres, uma vez que é difundida a imagem de que certos comportamentos adotados por elas podem incitar violências.

Em proporção um pouco menor (56,9%), a maior parte das mulheres também relatou ter sido assediada na rua por meio de cantadas. Essa situação é mais comum no Rio de Janeiro, onde 71,4% das mulheres responderam afirmativamente à questão, 33,9% das quais tendo afirmado que isso acontece todos os dias ou todas as semanas.

É o que mostra a pesquisa *Chega de Fiu Fiu* realizada pelas jornalistas Karin Hueck e Juliana de Faria com 7.762 mulheres em agosto de 2013¹⁸. A pesquisa revelou que 98% já sofreram algum tipo de assédio em locais públicos e 68% foram insultadas depois de não terem correspondido a uma cantada. Na pesquisa “linda”, “gostosa” e “delícia” são algumas das exclamações apontadas pelas participantes. Destas, 83% dizem não considerar as cantadas como algo positivo, e 90% declararam já ter trocado de roupa com medo do assédio que poderiam sofrer ao sair de casa.

O assédio nos espaços públicos é uma constante na vida de muitas mulheres. No relatório *As Mulheres e a Cidade*, da ActionAid, embora relatassem se sentir incomodadas com as abordagens na rua, muitas mulheres encaravam o fato com naturalidade compreendendo-o como uma experiência comum nas suas vidas. Esse processo de naturalização dificulta o enfrentamento do problema uma vez que, mesmo reconhecendo a questão, muitas mulheres ainda não conseguem enxergá-la como uma violência, nem mesmo como assédio.

Tabela 10 – Mudança de comportamento por motivo de segurança

Comportamento	SP	RJ	Recife	RN	Cabo	Olinda	Total
Já deixou de sair de casa em determinado horário	62,0	66,1	70,0	68,0	84,0	74,0	70,6
todo dia	0,0	12,5	20,0	14,0	14,0	30,0	15,0
toda semana	0,0	26,8	30,0	34,0	34,0	18,0	23,9
todo mês	62,0	28,6	22,0	20,0	36,0	24,0	32,0
Cantada na rua	46,0	71,4	54,0	54,0	58,0	56,0	56,9
todo dia	10,0	14,3	10,0	0,0	8,0	8,0	8,5
toda semana	0,0	19,6	14,0	4,0	0,0	8,0	7,8
todo mês	36,0	33,9	32,0	22,0	50,0	38,0	35,3

Apesar da constância do assédio em todas as localidades, menos de 5% das mulheres chegaram a fazer uma denúncia formal do fato. Olinda foi a localidade em que isso mais aconteceu: 18% das mulheres já fizeram alguma denúncia do tipo. Mas 30,4% das mulheres já pediram algum tipo de ajuda e, nesse caso, as mulheres de São Paulo e Rio Grande do Norte foram as que apresentaram as maiores proporções de respostas afirmativas, 50% e 52%, respectivamente. A maior parte das mulheres procurou a polícia, mas há variações quanto aos locais. Em São Paulo, a maior parte das mulheres procurou a polícia, enquanto no Rio de Janeiro elas pediram ajuda a desconhecidos na rua e a familiares. No Rio Grande do Norte, as mulheres buscaram ajuda principalmente com a família e com o companheiro. Em Pernambuco, polícia e desconhecidos foram procurados pela maior parte das mulheres nas três localidades, mas em Pernambuco, os familiares também foram citados (Recife) e os companheiros também foram procurados (Olinda). Uma em cada quatro mulheres conhecia o homem que lhe assediou. Essa situação foi mais comum em Upanema (RN) (42%) e em Olinda (38%) (PE), e menos comum em Heliópolis (SP) (10%)

Mesmo com a incipiência de informações de onde as mulheres podem denunciar, foram protocoladas 571 denúncias desse tipo nos últimos nove meses de 2013 nas delegacias da mulher e do Metrô (Delpom), que registra as ocorrências dentro dos transportes públicos sobre trilhos da Grande São Paulo¹⁹. São dois casos por dia, e a maior parte acontece na Zona Leste da cidade. Nos últimos nove meses, a Delegacia da Mulher da região registrou 275 casos de assédio de mulheres na rua, sendo 248 de injúria, vinte de perturbações da tranquilidade, seis importunações e um ato obsceno.

Tabela 11 – Denúncia de assédio, de acordo com localidade

Denúncia de assédio	SP	RJ	Recife	RN	Cabo	Olinda	Total
Já denunciou	0,0	1,8	4,0	4,0	0,0	18,0	4,6
Pediu ajuda	52,0	28,6	14,0	50,0	8,0	30,0	30,4
Polícia	53,8	0,0	57,1	20,0	100,0	53,3	37,6
Desconhecido(a) na rua	0,0	50,0	57,1	8,0	50,0	33,3	22,6
Parentes (irmão/a, pai, mãe, sobrinho/a, primo/a etc)	0,0	31,3	42,9	48,0	0,0	26,7	25,8
Companheiro(a)/marido/esposa/namorado(a)	0,0	12,5	0,0	12,0	0,0	13,3	7,5
Outros	46,2	6,3	0,0	20,0	0,0	26,7	23,7
Conhece agressor que foi punido	10,0	17,9	26,0	42,0	20,0	38,0	25,5

Pouco mais da metade das mulheres relatou já ter sofrido algum tipo de assédio por parte de policiais. Novamente, Pernambuco apresenta o pior quadro: 84% das mulheres no Cabo de Santo Agostinho, 78% em Recife e 62% em Olinda relataram já ter passado por situações dessa natureza. A maior parte dessas situações se constituiu de cantadas, mas, no Rio de Janeiro e em Recife houve referências a situações de humilhação, xingamentos, desrespeito e brutalidade. Cerca de 40% dessas situações aconteceram na rua, mas no Rio Grande do Norte e no Cabo de Santo Agostinho parte das mulheres afirmou ter sido assediada em delegacias. No Rio de Janeiro, 25% das mulheres disseram que isso aconteceu em suas próprias casas – provavelmente durante operações policiais.

Tabela 12–Abuso policial, de acordo com localidade

Abuso policial	SP	RJ	Recife	RN	Cabo	Olinda	Total
Já sofreu assédio	54,0	42,9	78,0	6,0	84,0	62,0	54,2
Cantada	100,0	41,7	81,8	4,0	16,0	18,0	21,6
Humilhação	0,0	11,1	18,2	0,0	0,0	4,0	2,6
Xingamento	0,0	22,2	18,2	0,0	0,0	0,0	3,3
Desrespeito	0,0	30,6	27,3	4,0	0,0	2,0	5,6
Brutalidade	0,0	5,6	18,2	0,0	0,0	0,0	1,3
Local							
Rua	85,2	100,0	20,5	100,0	0,0	32,3	41,0
Delegacia	0,0	4,2	2,6	33,3	19,0	0,0	6,6
Casa	0,0	25,0	2,6	0,0	0,0	3,2	4,8
Bar	0,0	12,5	0,0	0,0	0,0	3,2	2,4
Outros	0,0	12,5	0,0	0,0	0,0	0,0	1,8

Tais ações variam em uma escala crescente de abusos do que se pode chamar de “cantada” até atos de brutalidade física que podem ser verificados dentro do espaço público e privado, incluindo as dependências estatais das delegacias de policiais, conforme dados extraídos da tabela acima.

Não surpreende, portanto, que 48% das mulheres tenham medo da polícia, proporção que chega a 71,4% no Rio de Janeiro e 62% em São Paulo, cidades que também registraram a menor proporção de mulheres que procuram por policiais na rua para resolverem algum problema – 26,8% e 38%, respectivamente. Em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, apesar do medo, mais da metade das mulheres procuram pela polícia.

De forma geral, cerca de dois terços das mulheres acreditam que a atenção dada é suficiente para a resolução do problema que lhes levou à polícia. Perguntadas sobre a existência de diferenças

na conduta de policiais homens e mulheres, mais de 80% das entrevistadas afirmou que, sim, elas existem, mas não havia questões para especificá-las.

Esses dados são reveladores de que o sentimento de insegurança também é causado por agentes do estado que deveriam, paradoxalmente, promover a proteção da população.

Tabela 13 – Relação com a polícia, de acordo com localidade

Relação com a polícia	SP	RJ	Recife	RN	Cabo	Olinda	Total
Medo da polícia	62,0	71,4	36,0	40,0	38,0	38,0	48,0
Procura policial na rua	38,0	26,8	62,0	58,0	64,0	50,0	49,3
Atenção dada é suficiente	73,7	53,3	61,3	72,4	62,5	60,0	64,2
Homem e mulher policial atendem da mesma forma	24,0	16,1	22,0	24,0	4,0	20,0	18,3

Quase metade das mulheres estava estudando ou estudou nos três anos anteriores à realização da entrevista. Heliópolis (SP) foi a localidade que concentrou a maior proporção de estudantes e o Cabo de Santo Agostinho (PE), a que apresentou a menor proporção. Essas duas localidades, porém, apresentam a mesma proporção de jovens (8,7%), ou seja, as diferenças entre as duas cidades não se deve ao fato de Heliópolis ter mais mulheres jovens que, naturalmente, estariam no ensino regular. Observe-se, porém, que todas as mulheres de Heliópolis estudam em escolas que ficam próximas de suas casas, enquanto que no Cabo de Santo Agostinho, menos de 25% contam com essa facilidade – o que provavelmente funciona como um desestímulo à continuidade dos estudos. Na Maré (RJ) e em Olinda (PE), cerca de metade das mulheres estuda em escolas próximas às casas. Nas demais localidades é menor a proporção de mulheres nessa situação.

Entre as mulheres que estudam, 27,5% já sofreram algum tipo de assédio na escola. Novamente, a situação é mais grave no Cabo de Santo Agostinho e Recife, onde 47,1% e 44,4% das mulheres relataram ter sofrido assédio. As mulheres das localidades do Rio Grande do Norte e de São Paulo são as que relataram o menor o registro desse tipo de violência. Metade das mulheres tem filhas na escola. Nesse caso, é maior a proporção das que estão em escolas próximas de casa. Mesmo assim, no Recife e no Cabo só 30% das meninas contam com a possibilidade de estudar perto de casa. O relato de assédio, porém, foi menor. É possível que isso tenha se dado por se tratar de informação a qual as mulheres só tem acesso se as filhas lhes contarem. É preciso, portanto, tratar o dado com cautela. Mesmo assim, em Recife, 20% das mulheres relataram que suas filhas já sofreram assédio na escola.

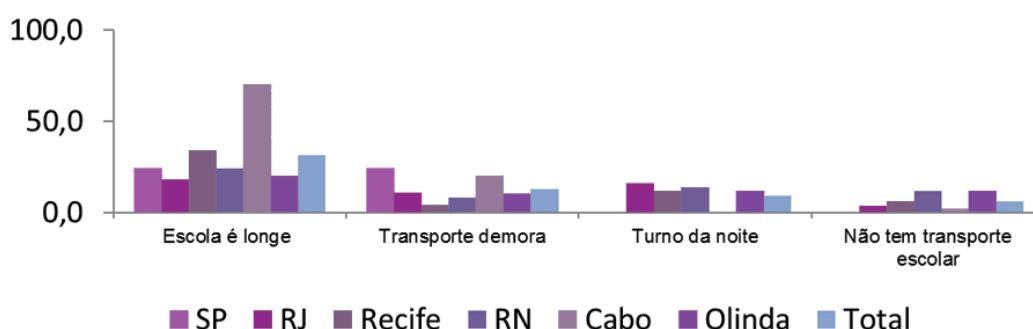
Além da distância, o trajeto entre a escola e a casa foi considerado pouco seguro para metade das mulheres, sendo Recife e o Cabo de Santo Agostinho as localidades que apresentaram mais respostas afirmativas a essa questão. Heliópolis (SP), mais uma vez, se destaca como o local que apresenta a melhor situação: para 76% das mulheres, o caminho para a escola é seguro.

Tabela 14 – Situação escolar, de acordo com localidade

Situação escolar	SP	RJ	Recife	RN	Cabo	Olinda	Total
Estuda ou estudou nos últimos três anos	76,0	48,2	36,0	38,0	34,0	46,0	46,4
Escola perto de casa	100,0	55,6	38,9	26,3	23,5	47,8	56,3
Sofreu assédio na escola	13,2	29,6	44,4	10,5	47,1	34,8	27,5
Filha estuda	72,0	39,3	50,0	42,0	54,0	52,0	51,3
Escola da filha é perto de casa	66,7	59,1	36,0	57,1	29,6	65,4	52,9
Filha já sofreu assédio	11,1	9,1	20,0	0,0	0,0	7,7	8,3
Trajetos para a escola é seguro	76,0	30,4	26,0	20,0	16,0	28,0	32,7
Trajetos para a escola não é seguro	24,0	48,2	64,0	38,0	72,0	48,0	49,0
Escola trata meninos e meninas de forma igualitária	8,0	48,2	52,0	50,0	36,0	54,0	41,5

De forma consistente, para a maior parte das mulheres, e com mais força no Cabo de Santo Agostinho, é a distância que torna o trajeto para a escola inseguro, mas também foram citados a demora do transporte público, o fato de estudarem no turno da noite e o fato de não terem acesso a transporte escolar.

Gráfico 24 – Razões de insegurança no trajeto para a escola



Em função dos longos intervalos de tempo para esperar o transporte e dos já citados problemas com a iluminação pública e o policiamento, cerca de 80% das mulheres revelaram ter medo de esperar pelo transporte sozinhas. Upanema (RN) se destaca como o lugar que apresentou a menor proporção de mulheres que vivenciam essa situação, mesmo que boa parte delas espere mais de 50 minutos pelo transporte, como se viu acima. O principal motivo de medo é o assalto, consistente com a falta de policiamento e o longo tempo de espera. O medo de assalto é maior em Heliópolis (SP) e no Cabo de Santo Agostinho (PE). Em São Paulo é também maior o medo de estupro e é onde há mais mulheres que pegam o transporte tarde da noite.

Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2011²⁰ indicam que mais de 70% das mulheres em todo o mundo sofrem algum tipo de violência de gênero ao longo da vida. A estimativa é que uma em cada cinco mulheres seja vítima de estupro ou de tentativa de estupro. Mulheres com idade entre 15 e 44 anos apresentam maior risco de sofrer violência sexual e doméstica do que de serem vítimas de câncer, acidentes de carro ou malária, por exemplo.

De acordo com dados da pesquisa do Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde, de 2011, publicada no Mapa da Violência 2012 – Homicídios de Mulheres,²¹ a violência física contra a mulher no Brasil é a preponderante, englobando 44,2% dos casos. A violência psicológica ou moral representa acima de 20%. Já a violência sexual, 12,2%.

Tabela 15 – Motivos do medo de esperar o transporte sozinha

Medo de espera sozinha pelo transporte	SP	RJ	Recife	RN	Cabo	Olinda	Total
Sim, tem medo	92,0	91,1	84,0	20,0	86,0	92,0	77,8
Medo de assalto	92,0	66,1	72,0	16,0	96,0	74,0	54,2
Tem pouco ou nenhum policiamento	82,0	50,0	38,0	10,0	56,0	62,0	49,7
O transporte demora a chegar	10,0	41,1	54,0	12,0	72,0	58,0	41,2
Medo de estupro	58,0	30,4	26,0	10,0	24,0	62,0	35,0
O ponto é escuro	58,0	28,6	24,0	12,0	12,0	16,0	25,2
Medo de assédio	58,0	14,3	14,0	8,0	8,0	32,0	22,2
Pego ônibus tarde da noite	20,0	8,9	10,0	0,0	0,0	14,0	8,8

Para quase metade das mulheres o medo também está presente dentro do transporte público, uma vez que já foram assediadas enquanto se deslocavam. Em São Paulo, todas as mulheres já passaram por essa situação. Novamente, no Rio Grande do Norte, apenas 4% mencionaram o problema, o que é consistente com as respostas já mencionadas. Pernambuco, desta vez, sinaliza uma melhor situação, especialmente no Cabo de Santo Agostinho e em Olinda, onde apenas 20% e 26% das mulheres afirmaram terem sido assediadas no transporte público.

Mesmo assim, em todas as localidades, a maior parte das mulheres toma precauções para evitar o assédio. Em geral, a maior parte evita sentar no fundo do ônibus. Esta é também a precaução tomada pela maior parte das mulheres das localidades do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Cabo de Santo Agostinho. Em Recife, Olinda e Upanema, as mulheres evitam sentar perto de homens. Finalmente, quase 80% das mulheres acreditam que o tempo de espera pelo transporte aumenta a insegurança. Porém, apenas 28% das mulheres ouvidas no Rio Grande do Norte concordam com essa afirmação.

Tabela 16 – Assédio no transporte público

Assédio no transporte público	SP	RJ	Recife	RN	Cabo	Olinda	Total
Já sofreu assédio dentro do transporte público	100,0	66,1	44,0	4,0	20,0	26,0	43,8
Toma precaução para evitar	62,0	76,8	58,0	12,0	86,0	50,0	57,8
Evita sentar no fundo	71,0	69,8	24,1	33,3	55,8	44,0	54,2
Não senta perto de homens	0,0	37,2	65,5	66,7	41,9	52,0	39,5
Não entra em transportes lotados	29,0	23,3	17,2	0,0	27,9	44,0	26,6
Não entra em transportes vazios	32,3	23,3	6,9	0,0	0,0	8,0	13,6
Não senta na janela	0,0	27,9	3,4	16,7	0,0	4,0	8,5
Tempo de espera aumenta a insegurança	100,0	94,6	94,0	28,0	66,0	86,0	78,4

A experiência da violência e o medo de vir a passar por ela levam à mudanças no comportamento cotidiano das mulheres. Assim, cerca de 40% das mulheres mudaram a forma de se vestir para chamar menos atenção e metade deixou de se divertir. A mudança no vestiário foi mais forte entre as paulistas e cariocas e a mudança nos hábitos de lazer foi maior em Olinda e no Cabo de Santo Agostinho (PE). Aumentar o comprimento das roupas e reduzir o decote são as principais medidas tomadas pelas mulheres. Mas o uso de roupas largas, assim como evitar o uso de maquiagem, também foram alternativas de segurança citadas pelas mulheres.

Os bares são os lugares mais evitados e o cinema e as quadras de futebol foram considerados os menos arriscados pelas mulheres. No Cabo de Santo Agostinho, as visitas às casas de amigos são mais evitadas do que os bares. Nas demais localidades, as mulheres evitam mais os shows com medo da violência.

Tabela 17 – Conduta com relação à violência

Conduta com relação à violência	SP	RJ	Recife	RN	Cabo	Olinda	Total
Mudou forma de se vestir para chamar menos atenção	62,0	55,4	34,0	34,0	8,0	42,0	39,5
Não usou shorts/saias curtos	83,9	87,1	47,1	76,5	100,0	66,7	76,0
Não usou decote	32,3	51,6	29,4	58,8	100,0	38,1	43,8
Usou roupa larga	48,4	16,1	23,5	11,8	100,0	28,6	29,8
Não uso maquiagem	0,0	19,4	11,8	17,6	0,0	47,6	17,4
Deixou de se divertir com medo da violência	0,0	55,4	44,0	58,0	86,0	60,0	50,7
bares	0,0	54,8	31,8	65,5	58,1	40,0	51,6
shows	0,0	58,1	40,9	72,4	30,2	43,3	47,7
praça	0,0	38,7	27,3	48,3	48,8	23,3	38,7
casa de amigos/as	0,0	12,9	9,1	17,2	67,4	26,7	31,0
parques	0,0	19,4	18,2	10,3	9,3	16,7	14,2
praia	0,0	12,9	22,7	0,0	0,0	23,3	10,3
quadra de futebol	0,0	6,5	0,0	3,4	0,0	16,7	5,2
cinema	0,0	0,0	4,5	3,4	0,0	16,7	4,5
Falou sobre isso com poder público	0,0	3,6	4,0	16,0	24,0	12,0	9,8

H. Sugestões para uma cidade segura para as mulheres

Para pouco mais de um terço das mulheres, a situação de insegurança pode ser minimizada com a ampliação da iluminação das ruas. O Cabo de Santo Agostinho foi a localidade em que essa demanda foi maior. A criminalização do assédio também foi indicada por um terço das entrevistadas como forma de proteção das mulheres, sendo mais importante em Olinda e no Cabo de Santo Agostinho. Em São Paulo, quase metade das mulheres ouvidas acredita que a maior proteção virá da mudança no comportamento dos homens, que são os protagonistas do assédio. Finalmente, um quarto das mulheres afirmou que a redução dos intervalos de tempo entre os ônibus pode aumentar a proteção das mulheres ao reduzir o seu tempo de exposição ao assédio em via pública. Essa sugestão foi mais importante em Olinda, onde foi apontada por 46% das mulheres.

Tabela 18 – Sugestões para aumentar a segurança das mulheres no espaço público

Sugestões	SP	RJ	Recife	RN	Cabo	Olinda	Total
Aumentar a iluminação das ruas	38,0	32,1	28,0	42,0	50,0	34,0	37,3
Criminalizar o assédio sofrido na rua	0,0	46,4	16,0	40,0	50,0	50,0	34,0
Mudar o comportamento dos homens	46,0	32,1	20,0	38,0	12,0	12,0	26,8
Reduzir intervalos entre os ônibus	8,0	30,4	26,0	20,0	12,0	46,0	23,9

De forma bastante consistente com as respostas dadas às questões anteriores, as principais prioridades para uma cidade segura para as mulheres foram o policiamento e a iluminação, seguida pela melhoria do transporte público. As diferenças entre as localidades são mínimas e, no geral, seguem a ordem dos resultados gerais, como se vê no gráfico 20.

Gráfico 25 – Prioridades para uma cidade segura para as mulheres, de acordo com localidade

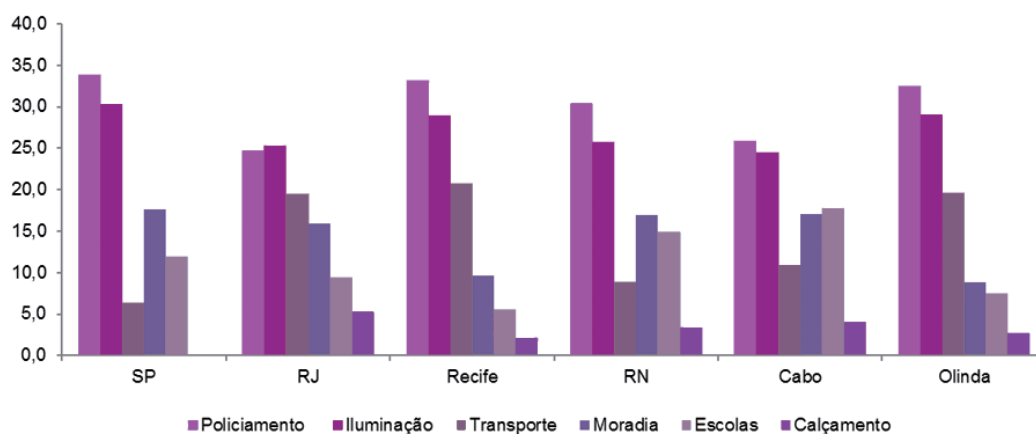
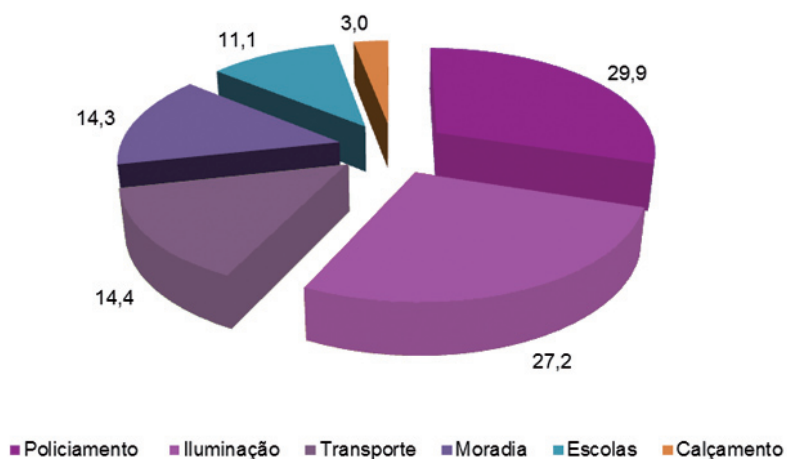


Gráfico 26 – Prioridades para uma cidade segura para as mulheres



6. Considerações finais

O presente trabalho de linha de base pretendeu fazer um levantamento inicial da área de atuação de seis organizações parceiras da ActionAid no Brasil. Durante a realização da pesquisa, procurou-se compreender a perspectiva das mulheres em relação a questão da sua segurança nos espaços públicos.

As conclusões aqui apresentadas não se baseiam apenas nos resultados trazidos pelas respostas dos questionários, mas também nas experiências de um processo de três anos que se iniciou com a realização do projeto piloto **Cidades Seguras para as Mulheres** e os relatórios *As Mulheres e a Cidade* publicados pela ActionAid Internacional. O conjunto de lições aprendidas nesse projeto amplia a visão da ActionAid e de todas as organizações parceiras envolvidas com essa temática e, de uma forma geral, faz um convite a pensar estratégias para planejamentos futuros.

A violência de gênero, em geral, é associada a violência doméstica, persistindo uma invisibilidade da violência sofrida pelas mulheres em espaços urbanos. Os homens costumam ter medo de serem assaltados e assassinados nas ruas, e as mulheres, além disso, temem o estupro. Esse medo é ainda maior que o da morte. A naturalização do assédio e da violência sexual em espaços públicos leva a percepção de que as mulheres devem se adaptar a cidade e não a de que a cidade deve ser igualmente aberta à experiência de todos os gêneros. Assim, para evitar o medo – sentimento expressado constantemente nos últimos três anos desse trabalho – se faz comum o aconselhamento às mulheres para se “cuidarem”, ou seja, para “evitarem certos itinerários, horários, roupas, etc”, assim limitando e determinando sua experiência do espaço público. Esse trabalho procura fazer o aconselhamento inverso. O de que a cidade e seus serviços devem ser sensíveis aos gêneros.

Embora nos últimos anos as cidades brasileiras tenham vivido um grande processo de crescimento, nem todas as mudanças positivas nas condições de vida das mulheres acontecem apenas com melhores salários ou melhor distribuição de renda. Essa pesquisa nos mostrou que a melhoria na condição de segurança das mulheres está estreitamente relacionada com uma valorização do direito à cidade, através de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, educação, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, dentre outras²². Portanto, uma das conclusões desse trabalho é a importância de serviços públicos de qualidade e da participação efetiva da população nas decisões sobre as questões urbanas para garantir a segurança das mulheres nas cidades.

Entretanto, o cenário de precariedade no oferecimento nos serviços públicos urbanos de qualidade tem tornado a vida das mulheres nas cidades, em especial das mulheres pobres, um enorme desafio.

É muito comum, por exemplo, que no Brasil os impactos das grandes obras sejam relacionados a desvio de verbas ou demora na sua conclusão, porém não se discute os impactos sociais que elas trazem sobre a vida das pessoas, especialmente sobre a vida das mulheres.

A especulação imobiliária que avança sobre os territórios, a concepção privatista de transporte público, e as dificuldades na gestão dos serviços públicos básicos tem transformado as cidades brasileiras em um verdadeiro “balcão de negócios” em que o interesse das camadas populares está sempre em último plano. Nesse contexto a cidade se apresenta como um grande palco de disputa entre aqueles que hoje a enxergam como um espaço para extração de lucros e aqueles que lutam por melhores condições de vida. Com a globalização, o território brasileiro atravessou notáveis transformações que, associadas à expansão da agricultura empresarial e a exportação de commodities, faz com que a urbanização se interiorize²³, reproduzindo as contradições já descritas.

Com esse trabalho, fica evidente que uma cidade mais segura para as mulheres representa uma cidade mais segura para todos. Um exemplo ilustrativo desse fato é que as participantes do projeto sempre se referem e pensam em soluções para proteger seus filhos homens e mulheres das drogas e da violência. A luta pela gestão democrática das cidades que inclua as mulheres em maior diálogo com o poder público no âmbito das comunidades é muito importante para garantir a eficiência no planejamento urbano. A presença das mulheres nos poderes públicos executivos municipais e estaduais também precisa ser fortalecida para que os debates relativos à essa questão não se resumam às esferas das secretarias da mulher.

É preciso, sobretudo, compreender que a luta por uma **Cidade Segura para as Mulheres** perpassa ações integradas em vários âmbitos da sociedade, seja mediante a mudança da cultura machista e patriarcal seja através de planos conjuntos de diversos setores do poder público associando secretarias e políticas para que todas as ações urbanas possam ter reflexos sensíveis à gênero na vivência das comunidades.

7. Referências

1. Como resultado do projeto piloto **Cidades Seguras para as Mulheres**, a ActionAid Internacional produziu os relatórios *As Mulheres e a Cidade* (2011) e *As Mulheres e a Cidade II: examinando o impacto de gênero sobre a violência e urbanização* (2012), que estão disponíveis em: www.actionaid.org.br/publicações
2. CENSO 2010 IBGE <http://censo2010.ibge.gov.br/>
3. CENSO 2010 IBGE <http://censo2010.ibge.gov.br/>
4. <http://www2.recife.pe.gov.br/a-cidade/perfil-dos-bairros/rpa-6/ibura/>
5. Censo da Maré 2000: Quem somos, quantos somos, o que fazemos? http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510433_07_cap_03.pdf
6. <https://www.facebook.com/pages/Cca-MinaUNAS/1422490444629921?sk=info>
7. CENSO 2010 IBGE <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=27&uf=24>
8. CENSO 2010 IBGE http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf
9. <http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=57&sid=8>
10. <http://m.jconline.ne10.uol.com.br/t320/noticia/economia/pernambuco/noticia/2014/03/07/120538>
11. Síntese de Indicadores Sociais: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf
12. Relatório da Comissão Externa da Feminização da Pobreza, disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/52962.html>, acessado em 10/07/2014 às 10:00.
13. João Sicsú - Dez anos que abalaram o Brasil. Trecho obtido pela página <http://blogdaboitempo.com.br/2013/09/23/neodesenvolvimentismo-e-precarizacao-do-trabalho-no-brasil-parte-iii/>
14. <http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/images/Relatorio%20final%20Autos%20de%20Resist%C3%A2ncia.pdf>
15. <http://www.qedu.org.br/>
16. http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2013/03/02/interna_politica,426142/qualidade-da-educacao-e-reprovada.shtml
17. http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21971
18. <http://thinkolga.com/chega-de-fiu-fiu/>
19. <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/quando-a-cantada-nao-e-um-elogio-mas-um-crime>
20. <http://www.onu.org.br/unase/sobre/situacao/>
21. <http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012.php#mulheres>
22. MARICATO, Ermínia, É a questão urbana, estúpido!, in MARICATO, Ermínia [Org], *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 20.
23. Idem, p. 21.



Parceiros

